

Aprovada por Marinho

Assinatura CDS (1)

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu nas instalações do Grupo Excursionista “Os Económicos”, sito na Rua da Beneficência, número cento e quinze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, sob a presidência do seu Presidente, José Filipe da Costa Toga Machado Soares (CDS-PP), coadjuvado por Paula Maria Tavares de Carvalho (IL), Primeira Secretária, e Mafalda Sofia Dourado Santos Branco (PSD), Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Maria Ribeiro Martins Torres de Carvalho, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Maria do Rosário de Sousa Nolasco de Medeiros, Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro e José Simão Nunes Caeiro. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Fernando Marques Pereira, André Oliveira Carrilho e Maria Carolina Freire Guerra Moura de Carvalho Marquês. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Sadik Salim Cassam. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** – João Quintas Godinho e Tomás Amaro Bernardo Correia Amaro. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Rafael Medeiros Guerreiro. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1. Aprovação das Atas n.º 4 e n.º 5; -----

----- 2. Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 9. da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Junta de Freguesia relativa à “prestação de contas de 2025”.-----

----- 3. Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 9. da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Junta de Freguesia relativa ao “Mapa de Pessoal para 2026”. -----

----- 4. Funcionamento da Assembleia de Freguesia;-----

----- 5. Regime de substituições e faltas; -----

----- 6. Informação Escrita do Presidente – 1.º Trimestre de 2026;-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Luis Filipe Loureiro Goes Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Carolina Freire Guerra Moura de Carvalho Marquês. -----

----- Laura Cassandra Carvalho da Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Tomás Amaro Bernardo Correia Amaro. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Marina Barros Rodrigues, Nuno Charters de Azevedo Moller Miranda e Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- Informou que a Mesa recebeu de Beatriz Ataíde Lisboa de Macedo Faria, terceiro lugar na lista do Partido Chega, um pedido de renúncia ao mandato. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguês Marco Felgueiras** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Eu sou residente aqui na Rua da Beneficência desde 2017, moro por cima de um restaurante que é uma pizzeria. Venho em representação das outras três pessoas que moram naquele prédio. De há três anos a esta parte, não sei o que aconteceu no local, até porque as pessoas não falam português, não consigo falar com eles, não é com qualquer tipo de tom pejorativo, é só para dizer que tentámos falar com as pessoas que lá estavam e não conseguimos. Houve alguma mudança dentro da estrutura do restaurante que aquece o nosso prédio de uma forma que começa a ficar perigosa. A água sai quente, no primeiro andar onde eu moro quente quase a ferver das torneiras, as minhas paredes estão quentes, o verão é insuportável, o chão está quente.* -----

----- *Estes prédios são da... não é novidade nenhuma para quem mora aqui nesta zona e, portanto, há um grande risco de incêndio, não só para o imóvel onde eu vivo, como para o imóvel que está ao nosso lado.* -----

----- *Nós já nos dirigimos à ASAE sem sucesso, a ASAE foi lá uma vez, não sei se fruto da nossa queixa ou não, fechou o restaurante por dois dias e voltou a abrir, mas não alterou absolutamente nada, quer dizer, durante dois dias não tivemos calor em casa.* --

----- *Fizemos queixas à Polícia de Segurança Pública, fizemos uma queixa na aplicação "A Minha Rua" e preocupa-nos a segurança das pessoas que moram neste bairro. Não é nada contra as pessoas terem uma atividade, quando fui para aqui morar sabia que morava por cima de um restaurante, portanto tivemos mau cheiro, são coisas normais, mas o que preocupa é a nossa qualidade de vida e a nossa segurança, principalmente a nossa segurança. Portanto, a minha participação convosco hoje é na tentativa de perceber a quem é que nós podemos pedir mais ajuda e que a única coisa que nós pedimos é que alguém vá certificar, vá fazer uma avaliação de segurança ao local, porque senão, a determinada altura, quem não fala são todos cúmplices."* -----

----- **Freguesa Teresa Lopes** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Sou a florista ali do Mercado Bairro de Santos, da loja número 1 e o que me traz aqui, realmente, é procurar qual é a intenção deste ano, portanto, das festas que têm havido no mercado e que ultimamente há ausências das festas. No mercado estamos a voltar a ficar um bocadinho abandonados. Sinto que as coisas não estão a evoluir também na Junta. Sinto que está tudo muito bloqueado. Não sei porquê, se me conseguirem explicar. Acho que está tudo estagnado, não é só lá no mercado, é em muita coisa, mas principalmente o que me vem a trazer é o mercado, porque desde que temos a Primark corta ali um bocadinho, já não vai tanta gente ali ao supermercado e agradecíamos que arranjasse alguma coisa que fizesse com que as pessoas voltassem ao mercado.* -----

----- *Já agora, pedir a intervenção na Câmara Municipal de Lisboa para as duas lojas que há mais de oito anos estão para ser arranjadas, precisam de intervenção e já são oito anos. Acho que é uma vergonha para a Câmara porque há procura das lojas e são oito anos que se pede a intervenção e não há intervenção nas lojas."* -----

----- **Freguesa Isabel Varão** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Muito boa noite a todos. Cumprimento o público, cumprimento a excelente Mesa desta Assembleia, Senhor Presidente e seus colaboradores na Junta de Freguesia.* -----

----- *Eu venho aqui chamar a atenção de uma problemática que deve preocupar-nos a todos. Falo das alterações climáticas, falo da necessidade urgentíssima, para ontem,*

17
24

para o ano passado, para dez anos atrás, de realmente a reciclagem, da contenção na compra e os plásticos e o papel e tudo isso deve ser ponderado e devem ser feitas, na minha modesta opinião, campanhas sérias nesse sentido. -----

----- Isto tem a ver com o facto de junto ao PER I ter sido eliminado um dos caixotes de reciclagem, o caixote logo dos plásticos que foi retirado pura e simplesmente, sem qualquer justificação. -----

----- Outro problema que já sabem que é uma das minhas prioridades e preocupações maiores é questionar a Junta a respeito da passagem de peões para o outro lado da linha, isto é, para as Avenidas Novas que dizem às quais pertencemos. Portanto, essa mobilidade continua prejudicada, prejudicadíssima e, portanto, não se vê luz ao fundo do túnel. -----

----- Há outros assuntos, mas fíco-me por aqui com respeito por esta Assembleia. Muito obrigada." -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que, em relação ao restaurante, podia garantir que iriam averiguar o que se passava. Era bom que alertassem para esses problemas. -----

----- A Senhora Teresa das flores, como a conheciam, falou e bem das festas e podia garantir que as festas iriam continuar e não tivesse dúvida rigorosamente nenhuma, sob sua palavra de honra. Estava ali precisamente para que a Junta continuasse a trabalhar como tinha trabalhado até agora. -----

----- Em relação às lojas, estavam constantemente em contato com o Vereador. Eles faziam os concursos, mas não havia nenhuma empresa que quisesse agarrar. Continuavam a insistir com o Vereador Diogo Moura e voltariam a insistir mais uma vez. -----

----- A freguesa Isabel Varão tinha toda a razão ao dizer que tinham que fazer campanhas sobre reciclagem, plásticos, etc. Tomava a devida nota e não ia esquecer. ---

----- A passagem de peões na linha tinha sido um problema gravíssimo. No seu primeiro mandato, de 2013 a 2017, prometeu o Presidente da Câmara que iriam fazer uma passagem. Nada disso foi feito, continuara a insistir e estavam atentos até porque a passagem de peões de um lado para o outro era sempre um problema. Quando os elevadores estavam a funcionar não havia problema, quando não estavam tinham o cuidado de ter uma carrinha para transportar as pessoas de um lado para o outro, sobretudo aquelas que não tinham mobilidade suficiente. -----

----- Voltava a reconhecer por transparência e sentido de responsabilidade que se verificavam alguns atrasos na concretização de determinadas iniciativas. Tais situações ficaram a dever-se sobretudo ao período inicial de constituição do Executivo, marcado por um necessário ajustamento, com diferentes experiências e sensibilidades. Esses constrangimentos entretanto ultrapassados com toda a celeridade em prol do compromisso com o serviço público. -----

----- Estava confiante que com o trabalho já desenvolvido e a desenvolver, assim como o reforço da articulação interna, situações semelhantes não voltariam a ocorrer. Reiterava que todos os Vogais assumiam de forma individual as suas responsabilidades e competências para uma gestão mais eficaz e rigorosa. -----

----- Enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Avenidas Novas tudo faria para que se continuasse a trabalhar com dedicação e afínco em prol da Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- Membro Paulo Lopes (PSD) disse que eram duas palavras muito curtas, subscrevendo e reforçando aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse. -----

----- Relativamente à questão do Senhor Marco Felgueiras, se calhar pedia os bons ofícios do Senhor Presidente para um contacto urgente para uma vistoria. O tipo de

prédio que era, na zona que era, uma rua relativamente estreita, havia realmente um perigo que assustava um pouco. -----

----- Relativamente à intervenção da Doutora Isabel Varão, reforçar só uma coisa que o Senhor Presidente disse. Nos elevadores, havia alguma colaboração com a Câmara para substituir os elevadores. Tinha passado nos elevadores e havia uma placa que dizia que nove anos atrás foram substituídos os elevadores e pensava que todos na Assembleia e no Executivo deviam tomar uma posição sobre isso, se calhar não era boa prática andar a mudar de elevadores de nove em nove anos, já sabiam que isso não tinha resultados. Tinha quase a certeza absoluta que antes disso já tinham sido substituídos pelo menos uma vez e era preciso um alternativa diferente que servisse a população, que fizesse com que a Junta, qualquer uma, não despejasse ali milhares de euros sem resultados. -----

----- As reclamações que tinham ali eram muitas e, portanto, haver um entendimento entre todos e tentar um compromisso junto da Câmara para de uma vez por todas resolver o problema e não andarem ali a discutir elevadores e a fazer curativos que só serviam para gastar dinheiro. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que queria frisar que eram prédios muito frágeis e se calhar a área da proteção civil também podia fazer ali alguma intervenção, ou pelo menos uma visita para tentar apurar e transmitir à Câmara as suas preocupações e fazer isso tão rápido quanto possível. -----

----- O outro aspeto relativo à visibilidade e à atratividade do mercado, sabiam que o mercado dependia do fluxo de pessoas que funcionavam ali e já no anterior mandato a Assembleia teve a preocupação de fazer uma comissão exatamente para procurar implementar a oferta das lojas do mercado e aumentar a sua atratividade. Dentro das conclusões dessa comissão estava de facto a ocupação das lojas, essa tinha sido uma das preocupações. Tinha a questão das obras naquelas lojas e teriam que continuar a insistir com a Câmara relativamente à sua função, mas relativamente às que estavam disponíveis para serem ocupadas também da parte da Junta devia haver uma preocupação em encontrar lojistas que diversificassem a oferta e aumentassem o fluxo no mercado. -----

----- As operações que foram feitas, nomeadamente no primeiro andar, pareciam uma oferta muito pouco qualificada e pedia ao Senhor Presidente para nos dois leilões que fossem fazendo haver essa preocupação de garantir que as lojas a abrir no mercado iriam aumentar a sua atratividade e não o contrário. -----

----- Teriam presente que no Orçamento aprovaram uma campanha relativamente à reciclagem, porque era de facto uma preocupação aumentar a reciclagem na Freguesia, entendiam que ela era pouca e o que estava previsto no Orçamento era uma campanha para aumentar a reciclagem. Esperava que o pudessem fazer ainda durante o corrente ano. -----

----- Outra preocupação tinha sido com a Câmara e aí já não era com a Junta. Falariam depois disso também na prestação das contas, a Junta fazia a recolha junto dos ecopontos, mas a recolha dos ecopontos pertencia à Câmara, a Junta tinha a responsabilidade daqueles sacos e daquele lixo que permanecia junto dos ecopontos e tinha feito um esforço em manter esse serviço, apesar da Câmara Municipal de Lisboa não ter assinado os contratos. -----

----- Significava que a Junta com o parco Orçamento que tinha estava a fazer esse serviço sem receber ainda a receita por parte da Câmara. Portanto, estariam a dispor de fundos que seriam para as obras previstas no Orçamento e não faziam porque se prestava um serviço à Câmara de Lisboa que depois não era remunerado. Portanto, mais uma vez pedir ao Senhor Presidente para insistir junto da Câmara com essas matérias. --

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que os assuntos que levaram ali demonstravam a necessidade de fazerem Assembleias de Freguesia sem ser sempre nos mesmos sítios e ir aos locais para ouvir a população. No primeiro caso foi como falaram os Membros Paulo Lopes e Fernando Pereira, para que a Junta tivesse os seus meios. ---

----- Relativamente ao mercado, também ali foi frisado que tinham no anterior mandato uma comissão de acompanhamento do mercado, não era só das obras, mas era a sua divulgação, a sua pertinência e igualmente a capacidade e o aumento da capacidade de atratividade de novos clientes e também de novos comerciantes. -----

----- Achavam que o Executivo devia fazer mais e melhor. Era um polo de atratividade e um sítio onde a população dessa zona da Freguesia ia fazer as suas compras e era responsabilidade do Executivo da Junta promover esse polo que estava sob a sua responsabilidade. -----

----- Relativamente à questão de haver mais atividades festivas, também era uma responsabilidade do Executivo da Junta. Esperavam que houvesse uma continuidade, diversidade também porque havia vários públicos alvo nessa zona da Freguesia. -----

----- Por último tinham duas questões levadas ali pela Isabel, a reciclagem e a promoção. A CDU já no anterior mandato pediu essas ações de sensibilização. -----

----- Deixava um repto ao Senhor Presidente e para as outras forças políticas. Fazia uma semana que tiveram no Palácio Galveias uma sessão de esclarecimento sobre as obras do túnel da João XXI e perguntava porque não promover uma reunião extraordinária para essa questão urgente. Levar lá o Vereador responsável, demonstrar-lhe por A mais B o problema que estava ali. -----

----- Daí a dois ou três meses estavam a receber o CDC, que o atual dos elevadores estava a terminar e ia um novo CDC com os mesmos valores ou menos valores para nada, substituíam umas cintas, davam mais dinheiro para a segurança. Isso era infelizmente um assunto recorrente nas Assembleias de Freguesia, não só pela população, mas também pelas forças políticas. A CDU já tinha levado esse assunto várias vezes e não se cansava de o levar até que ele fosse resolvido, mas deixava já o repto para que houvesse uma Assembleia de Freguesia extraordinária só com um ponto e levar lá o Vereador responsável da Câmara para se ultrapassar esse problema de mobilidade na Freguesia. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** começou por saudar a ideia da Mesa ou do Executivo, não sabia de quem tinha partido a iniciativa, de terem ali ramos de cravos simbolizando a data que se aproximava. Achava que era uma boa ideia e quem teve a ideia estava de parabéns. -----

----- Disse que subscrevia a questão de uma Assembleia de Freguesia extraordinária, se eventualmente havia disponibilidade para criar um grupo de trabalho para falarem entre todos sobre essa questão e a seguir ou ao mesmo tempo desenvolver os esforços para combinar com a vereação a realização de uma Assembleia de Freguesia extraordinária. -

----- Pensava que estariam presentes os dezanove Membros da Assembleia e poderiam fazer uma deliberação sobre essa matéria que lhe parecia perfeitamente pertinente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que depreendia que teria de convocar uma Assembleia de Freguesia extraordinária para se debater o tema dos elevadores e que seria importante a presença do Vereador responsável. Se o Senhor Presidente da Junta o quisesse ajudar nessa diligência, tentar perceber uma data em que o Senhor Vereador pudesse ir à Assembleia de Freguesia Se houvesse disponibilidade do espaço onde estavam seria uma excelente ideia. -----

----- No fundo, era um pedido subscrito por todos os eleitos da Assembleia, conforme podia verificar e pedia os bons ofícios do Senhor Presidente para terem o Senhor Vereador responsável pelo pelouro e acertarem a data que comunicaria à Assembleia



para uma Assembleia de Freguesia extraordinária sob o tema dos elevadores e da travessia do Bairro do Rêgo para o outro lado da linha. Era um tema pertinente que já se arrastava há muitos anos. -----

----- A partir do púlpito fez a seguinte declaração:-----

----- “*Estimada Mesa da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente da Junta e na sua pessoa cumprimentar o Executivo presente, caros eleitos, funcionários da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, estimado público presente na sala e a quem nos está a ver lá em casa, caros vizinhos e amigos das Avenidas Novas.* -----

----- *Diz-se, frequentemente, que a política é o palco das grandes causas, mas infelizmente para alguns ela tornou-se o terreno pantanoso da suspeita gratuita e do ataque pessoal. Hoje, estou aqui para defender o que de mais precioso um cidadão carrega consigo, a sua honra e a sua dignidade.* -----

----- *A minha história com as Avenidas Novas não é uma história de conveniência. Começou em 2008 quando aqui cheguei, 20 de maio. Foi aqui que criei raízes profundas. Casei em 2010 e decidi que esta seria a minha casa e o meu projeto de vida. Em 2011, movido pelo espírito de cidadania, fundei com outros moradores a Associação de Moradores das Avenidas Novas. Fizemos porque acreditamos na visão de Ressano Garcia, na história do Gabinete de Estudos Olissiponenses e na preservação da identidade única deste território. Ainda hoje representa um espaço que ultrapassa as fronteiras da Freguesia homónima.* -----

----- *Fui vosso vizinho, fui vosso representante em 2013, em 2017, em 2021 e fui novamente reeleito em 2025. Ao longo de mais de uma década de serviço autárquico a minha porta esteve sempre aberta e o meu rosto sempre presente. No entanto, nos últimos tempos assistimos ao ressurgir da baixa política. Aquela que por total falta de argumentos, de ideias ou de trabalho, tenta o assassinato de caráter, tenta usar circunstâncias da minha vida pessoal que nunca ocultei como se fosse uma mancha.*----

----- *Desde 2022, por motivos de força maior e por empresa estritamente familiar, vi-me obrigado a fixar a minha residência permanente no Concelho da Maia. Mas deixem-me ser taxativo, a distância física de mais de 300 quilómetros nunca significou distância política ou desapego afetivo. Tenho aqui os meus filhos, que moram na fronteira desta Freguesia, o que me obriga a estar em Lisboa com uma frequência que muitos bem conhecem e outros naturalmente não poderão conhecer.* -----

----- *Pergunto agora aos que me lançam reptos: Onde está a falta de ética em cumprir rigorosamente a Lei? As ajudas de custo e as despesas de transporte que recebo são o que a Lei prevê para quem exerce funções públicas nestas condições, nos termos da alínea d) do artigo 5º da Lei 29/87, conjugada com o artigo 11º da Lei 11/96 e tal como analisado no parecer 33.33.2 da CCDDR 7. São transparentes, mas acima de tudo, o preço da disponibilidade de quem não aceita desistir de servir a sua comunidade, nem tão pouco defraudar a confiança de quem em mim depositou o seu voto para o cumprimento do mandato.* -----

----- *Mas há algo que me preocupa ainda mais que o ataque à minha pessoa e precisamos refletir todos sobre o que isto diz do nosso sistema. A democracia tem o seu preço e o preço mais alto que estamos a pagar hoje é o afastamento de pessoas com valor, com experiência e com competência na vida pública. Quando o debate político se transforma num exercício de maledicência, quando a vida privada de um autarca é distorcida para alimentar narrativas populistas, estamos a enviar uma mensagem perigosa à sociedade, estamos a dizer que o mérito não importa, que o historial de serviço não conta e que qualquer pessoa de bem que queira aportar mais valia à causa pública deve estar preparada para ser linchada na praça pública. É este ambiente tóxico que afasta os melhores, é esta política de bota abaixo que empobrece as nossas*

1794

instituições. Não consigo conceber que em pleno 2026 se prefira gastar energia a semear dúvida do que colher soluções para a nossa Freguesia. -----

----- O convite que me foi endereçado pelo Presidente Daniel Gonçalves e pela concelhia do CDS para continuar como candidato à Mesa da Assembleia não é um favor, é um reconhecimento. É prova de que, para quem trabalha seriamente a competência e a lealdade institucional que sempre tive, estou acima de qualquer geografia. A quem tenta usar a suspeita como arma, respondo com o meu passado. A quem tenta usar a distância como desculpa, respondo com a minha presença constante e com o rigor dos meus mandatos. -----

----- A minha dignidade não tem preço e o meu carácter e trabalho como Presidente desta Assembleia não se apaga com insinuações da ocasião. Acredito que a experiência vale mais do que o oportunismo e por isso continuarei leal e determinadamente a desempenhar estas funções que muito me honram. Continuarei a lutar pelas Avenidas Novas, pelos que aqui vivem e pelos meus filhos que aqui crescem, porque o valor de um homem não se mede pelo código postal onde ele dorme, mas pela integridade com que honra a sua palavra. -----

----- Muito obrigado. -----

Membro João Godinho (Livre) disse que tinha ouvido atentamente o eleito do CDS-PP, José Toga Soares, e lera também atentamente as três linhas justificativas que remeteu, dando resposta à notícia do Observador que dava nota de que auferia mais de 10 mil euros por declarar residente na Maia, distrito do Porto. -----

----- Nessas linhas e nessa intervenção o eleito confirmou sucintamente todo o noticiado. Esclareceu também que havia uma situação que mantinha à data presente, sendo, portanto, remunerado mais do que soma a de todos os Membros dessa Assembleia. -----

----- Como a todos os fregueses, essa notícia levou-lhe perplexidades, que se calhar organizaria em três ou quatro pontos. -----

----- Em primeiro lugar era preciso explicar aos fregueses como isso podia acontecer. Os fregueses iriam ter de conhecer todos os meandros legais, mas, não sendo só eleito pelo Livre e também jurista, permitissem que fizesse ali uma explicação muito sucinta que descrevia por miúdos o que aconteceu. -----

----- Uma Lei chamada Estatuto dos Eleitos Locais estabelecia que os deputados municipais tinham o direito à ajuda de custos e subsídio de transporte. Depois tinham outra Lei, uma Lei que regulava a organização da Assembleia de Freguesia, a Lei nº 11/96, que estabelecia uma norma remissiva no seu final, em que dizia “ou no mais aplica-se subsidiariamente a primeira Lei”, a tal dos deputados municipais. -----

----- O que é que o eleito do CDS pretendeu? Foi ver aplicada a remuneração das ajudas de custos e subsídio de transporte prevista para os deputados municipais, por não existir uma norma específica no diploma das Assembleias de Freguesia sobre esse tema. -----

----- Na sua opinião como jurista, o diploma nada dizia porque não quis remunerar os Membros da Assembleia de Freguesia dessa forma e nem havia uma verdadeira lacuna do diploma que regulava as Assembleias de Freguesia. Por exemplo, o diploma regulava expressamente a remuneração dos Membros da Assembleia de Freguesia, as senhas de presença e regulava também, por exemplo, a remuneração do Senhor Presidente da Junta, entre outras coisas. Não havia, portanto, opinião de jurista nesse caso, certamente discutível, qualquer lacuna do legislador. O legislador não quis atribuir esse benefício a um representante da Assembleia de Freguesia. -----

----- A pretensão de interpretação extensiva das ajudas de custos e subsídios de transporte atribuídas a deputados municipais, para si era enquadrável na figura do abuso de direito. Aliás, bastava que pensassem nos limites da sua aplicação. Em que mundo

seria normal invocar uma especial relação institucional com a Freguesia e ir morar para a Dinamarca? Imputando ao erário público as despesas dessa decisão particular. -----

----- Ali estavam no meio de uma discussão legal, que não era de facto o que interessava a essa Assembleia, a legalidade ou a ilegalidade. Era o chão mínimo do debate, mas estava longe de ser o teto da exigência ética. -----

----- Aí chegavam à segunda perplexidade, proveniente da notícia de que o eleito vivia na Maia e imputava custos de cada deslocação a Lisboa, com o entendimento que isso fazia-se sob mandato no poder local. Ficavam a saber que o eleito do CDS no exercício do seu mandato no poder local seria sempre exercer as suas linhas do mapa, mas não as linhas de desgaste do lancil dos seus passeios. -----

----- Ficavam a saber que o eleito do CDS... (impercetível) reuniões convocadas, regressando depois à sua residência na Maia. Era isso que deduziam ao imputar a todos, ao erário público, o custo da sua ida e volta. -----

----- Os eleitores do CDS ficaram a saber os termos em que exercia o seu mandato, era um mandato por correspondência com essas idas à capital. Como pretendia saber se o elevador estava ou não a funcionar se não passava por lá? Quais ruas acumulavam água quando chovia ou se precisavam de mais limpeza ou deservagem, que passeadeiras estavam por pintar, que cadeiras de jardim precisavam de manutenção. -----

----- Essa distância ao terreno, aliás, ajudava a perceber porque as propostas do CDS na Assembleia versavam sobre o 25 de novembro e não sobre as papeleiras que precisavam de intervenção. -----

----- Mesmo aceitando por absurdo que esse modelo de presença episódica fosse primeiro legal, que não parecia que fosse, e depois legítima para com os seus eleitores, havia depois uma questão que não podia ser contornada e que era a questão da escolha. Isso não era uma inevitabilidade, era uma opção, escolheu o modelo mais oneroso para o erário público. Não apenas aceitou imputar custos significativos à sua presença, como o fez ignorando alternativas evidentes e mais alinhadas com a boa gestão dos dinheiros públicos. Podia ter assumido pessoalmente esses encargos, como faziam tantos. Podia ter recorrido a soluções de transporte mais económicas, mais eficientes, compatíveis com a contenção que se exigia a quem geria ou influenciava a gestão de dinheiros públicos. -----

----- Numa pesquisa muito rápida essa tarde tinha encontrado transportes públicos até à Maia e da Maia para Lisboa a dez euros, mas escolheu os caminhos da despesa, que acumulava as ajudas de custo e transferia para o coletivo o custo da opção individual. Fez de forma reiterada, de forma consciente e de forma sistemática. -----

----- Essas perplexidades já iam longas, mas a Assembleia de Freguesia não podia ignorar que o Presidente da Assembleia tinha o poder de convocação de Assembleias. Não era apenas um participante, era alguém que tinha a prerrogativa de convocar as Assembleias e quando a convocatória implicava direta ou indiretamente ajudas de custo associadas à sua própria presença tinham um conflito de interesses escancarado na Assembleia. -----

----- A mera possibilidade de que a decisão de convocar uma Assembleia não fosse totalmente imune ao aspeto financeiro era eticamente insustentável, que não houvesse sequer sombra de dúvida sobre a ilegalidade das decisões. A confiança nas instituições baseava-se também na perceção, na ausência de qualquer suspeita em benefício próprio no exercício de funções. -----

----- Por isso os eleitos do Livre suscitavam, nos termos do artigo 44 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, o incidente de substituição do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

----- Recordava que nos termos regimentais a destituição podia ser suscitada a qualquer momento por qualquer eleito, devendo depois ser votada e contar com o voto da maioria legal dos seus Membros. -----

----- Solicitavam que na votação relativa à destituição do Senhor Presidente os trabalhos fossem conduzidos pela atual Primeira Secretária. -----

----- A razão do mandato era que os recursos públicos fossem tratados com rigor, com transparência, responsabilidade coletiva. Essa exigência começava ali e agora e deviam adotá-los todos os dias, especialmente quando foram todos eleitos para tal. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que iria promover o procedimento de destituição do Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que tinha ouvido atentamente a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia e em primeiro lugar recomendava alguma serenidade, porque não via a notícia que foi produzida como um ataque político, via como o escrutínio que o jornalista fez e que devia fazer perante a praça pública e perante o povo, era escrutinar os órgãos políticos eleitos. Via em primeiro lugar, a notícia do Observador como isso, como escrutínio jornalístico. -----

----- Considerava o Observador um órgão de comunicação social insuspeito, até era conhecido por ser muitas vezes simpático com alguma direita e nesse sentido recomendava e reforçava essa recomendação de serenidade perante o escrutínio. -----

----- Em segundo lugar, queria dizer ao Senhor Presidente que o Partido Socialista não se ia colocar na posição jurídica, se tinha direito ou não a receber as ajudas de custo pela deslocação, mas o que esperavam que acontecesse era uma avaliação mais profunda das condições políticas que o Senhor Presidente teve, em primeiro lugar, para aceitar a candidatura no ano passado, estando a viver muito longe dessa Freguesia e esperavam também uma mais profunda avaliação política das condições que tinha para continuar a exercer essas funções na Assembleia. -----

----- A Assembleia diria no decorrer da discussão desse ponto, mas efetivamente parecia que o Senhor Presidente tinha a autoridade perante essa Assembleia bastante mais reduzida do que aquela que seria recomendável o Presidente da Assembleia ter. -----

----- Por último, quanto à crítica que o Senhor Presidente fez ao ambiente de desconfiança, ao ambiente de exercer cargos públicos, concordava totalmente, mas queria também dizer que não se esqueciam da campanha vergonhosa que a coligação do Senhor Presidente fez em 2021, atirando lama todos os dias ao arquiteto do Manuel Salgado por suspeições de corrupção e que mais tarde foi absolvido. Nunca ouviram do Senhor Presidente nem das forças que o Senhor Presidente representava qualquer pedido de desculpas, qualquer retratação quanto a isso. -----

----- Muitas vezes era muito bom ser assim quando eram os outros, mas quando eram os próprios mudava um bocadinho e aí concordava mais uma vez, achava que o ambiente político não era bom, mas um Presidente de uma Assembleia de Freguesia era sempre o Presidente da Assembleia de Freguesia e a autoridade desse Presidente era muito importante. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que uma função remunerada era em troca de um trabalho, de um serviço. Fossem claros, não havia ali qualquer tipo de remuneração. Não era jurista, não tinha a capacidade de argumentação do Membro João Godinho, mas remuneração não havia de certeza. -----

----- Havia um direito que a Lei consagrava aos autarcas em geral, tinham direito a subsídio de ajudas de custo e transporte. -----

----- Era verdade aquilo que dizia em relação à Lei 29, mas também era verdade que por causa de dúvidas a Lei 11/96 no seu artigo 11 dizia o seguinte: “Aplicam-se subsidiariamente aos eleitos para os órgãos das juntas de freguesia com as necessárias



adaptações, as normas da Lei n.º 29/87”. Portanto, as normas que estavam na Lei 29/87 aplicavam-se aos eleitos da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia. Não tinham dúvidas nenhuma quanto a isso. -----

----- Relativamente à parte da convocação das Assembleias era bom também que fosse mais preciso, Conflito de interesses, não fazia ideia de quantas Assembleias tiveram nesses seis ou sete anos, mas gostava que os Membros com mais antiguidade se pronunciassem sobre se houve abuso de convocação de Assembleias. Iria até mais longe, porque honestamente não se lembrava se o Senhor Presidente da Mesa convocou por sua iniciativa alguma Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha convocado em conjunto com o Senhor Presidente da Junta as Assembleias das crianças, de resto foi sempre a Assembleia que convocou as extraordinárias. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** referiu que o Senhor Presidente da Junta tinha também o direito de pedir ao Senhor Presidente da Mesa a convocação de Assembleias. Portanto, era bom pôr os pontos nos is, não houve conflito de interesses nem aproveitamento na convocação de Assembleias para receber ajudas de custo, não remunerações, no valor de 250 euros. Poderiam discutir o valor, se era justo ou injusto, mas era o valor que a Lei previa. Podia ter ido de autocarro ou de trotinete, seria mais barato, mas não sabia se seria mais prático. -----

----- A própria notícia era muito clara e honesta, referia que a verba recebida não compensava os custos que existiam, mas tinha outra coisa curiosa e já agora falava do resto da notícia. Dava a entender através de um jurista que a Junta deveria dar ao Senhor Presidente da Mesa uma viatura e aí a notícia perdia a credibilidade que deveria ter, era perfeitamente anormal dar um carro a qualquer autarca, não fazia sentido. -----

----- Outro assunto era que tinham ao longo dos dois mandatos aquilo que podia considerar e já alguém ali disse, um excelente Presidente de Assembleia de Freguesia. Não podia estar mais de acordo, tinha alguma experiência autárquica. Havia muitos Presidentes de Assembleia de Freguesia em Lisboa com muita qualidade, mas infelizmente não era o mais comum. Tinham ali um Presidente de Assembleia de Freguesia que pautava a sua atuação ao longo desses anos com uma independência bastante rigorosa na condução dos trabalhos. -----

----- Relativamente à sua permanência na Freguesia, dizer que conhecia o José Toga Soares há muitos anos e tinha sido com ele fundador da Associação de Moradores das Avenidas Novas. Estava com ele em Lisboa, não por whatsapp ou telefone, muito frequentemente. Já lhe tinha acontecido ir do emprego ao final da tarde e passar no prédio onde viviam os filhos do Toga Soares e ele estar lá, várias vezes já esse ano. -----

----- Portanto, não havia um afastamento assim tão grande, era não conhecer o trabalho na Freguesia tanto como autarca como dirigente de uma associação onde conseguiram importantes vitórias para a população. -----

----- Independentemente do direito dentro das suas ideias e do direito de ir ali fazer aquilo que o eleito fez, que o fizesse com verdade e que não deturpasse as coisas. Não dissesse que estava a ganhar dinheiro com uma função, que não era rigorosamente verdade, nem sugerisse que havia uma remuneração ou um conflito de interesses e que as Assembleias de Freguesia eram marcadas para ganhar dinheiro, o que também não era verdade e voltava a desafiar os Membros da Assembleia de Freguesia com mais anos, como era o seu caso, que estavam ali vários de vários partidos, que apontassem uma Assembleia convocada por esse Presidente de Mesa. Mesmo mais longe no passado, também não se lembrava de nenhuma Assembleia que tivesse sido convocada pelo Presidente da Assembleia. -----

17 ref
24.

----- O Livre estava no seu direito de apresentar as propostas que muito bem entendesse, o PSD discordava dessa posição e manifestava o seu apoio ao Senhor Presidente da Mesa e reafirmava que estavam na presença de um excelente Presidente de Mesa, que nunca dificultou ou criou problemas à atuação da Assembleia de Freguesia, bem pelo contrário. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que gostava de começar por referir o tom de voz pela indignação do Membro Paulo Lopes, foi o mesmo tom de voz usara quando também se sentiu indignado por vários assuntos referentes à Assembleia de Freguesia passada, não tinha visto por parte do Paulo Lopes tanta preocupação pelo tom violento.

----- Errar era humano, nem tudo era o mar de rosas que o Senhor Paulo Lopes quis fazer. Na última Assembleia o Senhor Presidente errou consigo uma vez, consigo e com todos os eleitos outra vez. Ao Presidente de uma Assembleia cabia não só dominar bem o Regimento, articular e fazer cumprir, mas também ter o bom senso e sobretudo a possível ausência de linha política, tratar todos por igual. Era isso que se esperava de um Presidente, sobretudo o exemplo que podia dar para as futuras pessoas que se pudessem candidatar. Falhou, errar era humano e não iam pôr tudo num mar de rosas. --

----- O Senhor Presidente queixava-se na sua intervenção de que se sentia indignado por ter sido escrutinado num artigo do Observador. Também quando era diretor de campanha do Chega apareceu um artigo na revista Sábado, que em contraponto com a Visão era uma revista mais à direita, apareceu também um artigo sobre a sua pessoa e onde foram “lamber” o seu Facebook até 2013 ou 2014, foram lá buscar tudo que tinha posto. -----

----- Não era profissional da política, antes de pensar candidatar a uma Junta de Freguesia foram buscar tudo e expuseram aquilo tudo. Tinha passado a ser um fascista, já estava habituado e não se preocupava, mas era isso, quem estava na vida pública tinha de se submeter ao escrutínio e, portanto, essa indignação também não compreendia. -----

----- Não queria ser mau, mas essa tal associação de moradores, ao entrar nessas andanças tentara falar com as várias associações de moradores dos diversos bairros da Freguesia, até para perceber e recolher quais eram as suas queixas, as indignações, o que queriam ver melhorado, por aí fora. Tinha contactado a associação de moradores pelo Facebook, um mês e meio depois chegou uma resposta. Portanto, era uma associação que tinha criado, muito bem, pena era que não fosse mais ativa e mais responsiva, porque era essa a função das associações. Sem querer levar a mal, mas era um escrutínio ao seu discurso. -----

----- O Membro do Livre já tinha feito o seu discurso, o Paulo Lopes e o André Carrilho também, chegava uma altura em que já consumiram parte e não ia repetir. Ia aproveitar aquilo que não foi dito. -----

----- O Senhor Presidente no seu discurso dizia que ia lutar pela Freguesia mesmo à distância. Na última intervenção tinha mencionado aquilo que sentia que era luta pela Freguesia e no dia a dia era interpelado na rua por várias pessoas, até porque viram a sua cara nos cartazes e viam que era eleito, pensavam que era o Presidente da Junta e que tinha poder para fazer uma data de alterações. Nas suas humildes possibilidades ia substituindo ao papel desses moradores, também sentia ter essa responsabilidade e fotografava os buracos e punha no portal “A Minha Rua”, mas não era do Executivo. Tinha a certeza absoluta que se fosse do Executivo tinham uma Freguesia muito mais poupadinha, muito mais bonita, muito mais arranjada, muito mais virada para os moradores e menos para os jogos políticos. -----

----- Esse artigo de jornal teve o condão pelo menos de o surpreender. Não sabia dessa questão e aproveitava até para perguntar ao Senhor Presidente da Junta que informasse



todos os eleitos sobre se havia mais alguém nessas condições, a receber ajudas de custo da deslocação. A transparência era algo muito importante na vida pública. Se fossem surpreendidos por um artigo de jornal, antes que o jornal fizesse outra pesquisa, lançava um repto ao Senhor Presidente para dizer à Assembleia de Freguesia quem mais estava nessas condições. -----

----- Para terminar, uma pequena nota sobre a sua postura, não na política, porque não era político profissional, mas na postura da vida normal, como empresário que fora toda a sua vida, que pagou os seus impostos. Todos tinham pessoas que os orientavam politicamente, ou que liam, ou pessoas que gostavam de ouvir, pessoas com que se identificavam nos exercícios de poder que tiveram e havia uma que já morreu há 15 anos, seguia o percurso político dela, gostava imenso, achava que era uma verdadeira estadista. Não era o Pedro Sanchez de Espanha, a verdadeira estadista era a Senhora Margaret Thatcher, que com os seus discursos e as frases célebres dela teve milhões de visualizações na internet e no Youtube. -----

----- Havia uma frase muito célebre dela que dizia o seguinte: -----

----- “Não existe essa coisa de dinheiro público, não nos esquecemos nunca desta verdade fundamental. O Estado não tem outra fonte de recursos além do dinheiro que as pessoas ganham por si próprias. Se o Estado quiser gastar mais, ele só pode fazê-lo tomando emprestado a sua poupança ou cobrando mais impostos. É melhor não pensar que outra pessoa vai pagar, quem vai pagar é você, somos nós.” Isso foi uma frase que lhe fez todo o sentido, que era a sua forma de pensar. -----

----- Também, graças a Deus, sempre se norteava por um princípio que o seu avô transmitiu ao seu pai e o seu pai a si, já o fez aos seus filhos e pedia aos seus netos que também transmitissem aos filhos deles, que era a confiança não se exigia, merecia-se. Portanto, o respeito pelos dinheiros públicos para si era um dos fatores primordiais para que se tivesse confiança nessas coisas. -----

----- Fora surpreendido e também ali ouvia dizer a questão da destituição do Presidente. Relembrava que, segundo a Lei, se o Presidente descesse à Assembleia iria continuar a receber as ajudas de custo. Ele não estava fora da Lei, o erro estava na Lei e era a Lei que tinha de ser corrigida em nome da qualidade e em nome do bem-estar de todos, em nome de verem os dinheiros sacados dos impostos mais bem gastos, mais orientados e mais para o bem-público. -----

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que não ia ali fazer defesa da honra, achava que não era necessário, ia ali numa perspetiva também como jurista, especialista em direito administrativo europeu, sobre uma análise deturpada do que estava ali a acontecer e era importante os cidadãos perceberem o que estava em causa. Tinha que ser honesto e também naquilo que estava errado. -----

----- Havia três coisas que estavam em causa. Vinte euros por senha de presença todos ali recebiam, achava que era unanimemente legal. Em segundo lugar, receber 250 euros para um subsídio de transporte e em terceiro lugar receber dez euros para um subsídio de refeição. Isso estava na notícia do Observador. -----

----- O primeiro era unanimemente legal, todos recebiam. O segundo era uma questão complexa, não era claro e não era por isso que deixava de ser dúbio do ponto de vista legal. Do seu ponto de vista enquanto jurista era completamente legal o que estava ali a acontecer. -----

----- O Estatuto dos Eleitos Locais aplicava-se a um eleito local, podiam acompanhar na Lei 28/87. Em segundo lugar, os 250 euros que ali eram recebidos referiam a subsídio de transporte, nem sequer eram ajudas de custo e logo se via que a notícia estava imprecisa. A ajuda de custo era uma coisa diferente, o subsídio de transporte tinha uma regulação específica. -----

----- Por outro lado, de acordo com o artigo 5º número 1, alínea d) desse diploma, independentemente da Lei estar bem ou estar mal, era um direito do eleito local receber esse subsídio. Havia três exceções nesse mesmo artigo que poderiam excepcionar o que estava ali em causa, mas não. -----

----- O que o Membro do Livre disse era que havia ali um abuso de direito, mas o que havia era um uso do direito, era diferente. Não precisavam de ir ao artigo 12 para ver se existia o direito. A existência do direito estava no artigo 5º, o que o artigo 12º fazia era o exercício do direito. Pelo menos tinha sido assim ensinado na Clássica, a melhor faculdade do país em termos de direito. Portanto, sobre a titularidade do direito não havia questão nenhuma. O artigo 5º previa a titularidade e o artigo 12º previa o exercício do direito. -----

----- Por outro lado, o que o artigo 12º descrevia era o exercício do direito e qual o montante que estava em causa e o cálculo do montante e aí surgia a questão de quanto o montante. Ora, o artigo que o Membro do Livre invocava efetivamente regulava apenas para os eleitos das Assembleias Municipais e das Câmaras Municipais. A questão era que havia uma remissão subsidiária para esse mesmo diploma. -----

----- Aplicando as tabelas em vigor para a função pública, era 0,40 por quilómetro, tinha fiado uma busca rápida e até à Maia eram 321 quilómetros pela A1, 642 ida e volta, o que dava 256,80 euros, seis euros a mais. -----

----- Quanto ao terceiro, os dez euros por subsídio de refeição, de facto era um direito aos elementos permanentes e nesse caso não era eleito permanente. Na sua opinião achava que também não era claro se esse subsídio de refeição podia ser enquadrado como uma ajuda de custo, mas de qualquer forma havia uma dúvida. -----

----- Achava que o Senhor Presidente estava de boa fé e o Senhor Presidente da Junta também estava, mas na sua opinião seria importante pedir um esclarecimento jurídico sobre a questão do subsídio de refeição, que não era clara no diploma legal. -----

----- Do ponto de vista político não havia ali nenhum conflito de interesses. Primeiro, o Presidente podia convocar e não convocou extraordinárias, a não ser as das crianças. Depois, se a Lei permitia que não residentes fossem eleitos locais, o que permitia que fossem eleitos para Presidentes de Mesa em locais onde não eram residentes. Deixava uma questão ao Membro do Livre, porque então haveria outra Lei que impedia o subsídio de transporte para o local onde ele não tinha o exercício dessas funções. -----

----- Se fosse conflito de interesses tinham que aplicar essa mesma regra a todos os cargos. Qualquer titular de um cargo político estaria em conflito de interesses quando marcava uma reunião para fora da sua área de residência. Teriam que começar a ver todas as deslocações em viatura própria de todos os cargos públicos desde 1974. -----

----- Por outro lado, a publicação dessa notícia, que na sua opinião foi ordenada, as dezenas de e-mails que se recebiam e os ataques que se faziam ao Presidente da Junta eram a maior representação de que se estavam a utilizar as informações e a legitimidade democrática dessa Junta em prol de guerras partidárias. Quando se utilizava o poder em prol de mais poder no partido estava-se a colocar o partido acima das Freguesias e dos fregueses, o que significava estar a colocar também acima dos cidadãos. Isso, na sua opinião, estava errado. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que percebia a vontade do eleito do CDS chamar a isso uma questão jurídica, porque de facto legalmente era difícil estar desse lado e imputar uma escolha pessoal custeada coletivamente. Aquele que se intitulava como o partido do contribuinte deixava muito a desejar. -----

----- Se quisessem pela questão jurídica, partilhava o legado de ser aluno da Universidade Clássica, tinha a dizer que havia um diploma que fixava os montantes devidos aos eleitos das Assembleias de Freguesia, devidos ao Presidente da Junta de



Freguesia e ao seu Executivo, era a Lei 11/96 e a única forma era entender que havia uma lacuna e que apesar desse diploma expor expressamente seria preciso fazer uma interpretação extensiva e dar mais do que a Lei quis dar. Essa era uma interpretação no mínimo duvidosa e para se chegar a essa cadeia interpretativa tinha que se fazer duas remissões de dois diplomas diferentes, para chegar às ajudas de custo. Isso, do ponto de vista jurídico, podiam passar ali a noite toda e tinha para si que estavam perante um claro abuso de direito. -----

----- Sobre o tema remuneração, de tudo o que estava ali em discussão o que indignava o PSD era alguém referir-se a esses valores como remuneração. -----

----- Estavam ali perante uma situação em que o Presidente da Assembleia congregava o poder não só de ligar o taxímetro como definir o destino. Estavam perante um claro conflito de interesses e a questão colocava-se com maior acuidade quando era o próprio que podia convocar Assembleias que o remuneravam excecionalmente e acima de qualquer um ali. Isso era um problema ético. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que a intervenção não se resumiu à remuneração, mas não era verdade que fosse uma remuneração. Tinha distribuído pelas bancadas um parecer. Essa norma era especial aplicada apenas aos eleitos que não estivessem em regime de permanência, ou seja, aos eleitos que não recebiam remuneração. Estava-se a falar numa coisa que não existia, nada ali falava em remuneração, nos eleitos da Assembleia de Freguesia nenhum tinha remuneração, tinham direito a uma senha de presença de vinte euros e mais nada. -----

----- No parecer que tinha distribuído, que era exatamente sobre esse tema que estavam a debater, não existia absolutamente nada de ilegal, de imoral, ou a Lei não permitia que um candidato a autarca de outra Freguesia se candidatasse e isso não acontecia. -----

----- Distribuíu o seguinte documento: -----

----- **Parecer** -----

"----- *Eleitos da freguesia; regime não permanência; ajudas de custo e subsídio de transporte.* -----

----- *Data: quinta, 19 dezembro 2013* -----

----- *Número: DSAJAL 339/13* -----

----- *Responsáveis: Maria José L. Castanheira Neves (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local)* -----

----- *Em referência ao ofício n.º ..., de 16/12/2013, da Junta de Freguesia de ..., sobre o assunto mencionado em epígrafe, temos a informar o seguinte:* -----

----- *1 – O regime jurídico dos eleitos das freguesias consta da lei n.º 11/96, de 18/04 (tenha-se em atenção que os artigos 1.º a 4.º desta lei foram revogados tacitamente pela lei n.º 169/99, de 18/09, com a nova redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11/01) e subsidiariamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais – lei n.º 29/87, de 30/06, com as alterações introduzidas pelas leis n.ºs 97/89, de 15/12, 1/91, de 10/01, 11/91, de 17/05, 11/96, de 18/04, 127/97, de 11/12, 50/99, de 24/06, e 86/2001, de 10/08, 22/2004, de 17/06, 52-A/2005, de 10/10, 53-F/2006, de 29/12.* -----

----- *de acordo com o artigo 11.º da mencionada lei n.º 11/96, diplomas que regulam os direitos e deveres dos autarcas pelo que é neles que estão contidas as diversas disposições que se lhes aplicam.* -----

----- *2- A atribuição do subsídio de transporte tem por fundamento compensar os eleitos locais do acréscimo de despesas que representam as deslocações por motivos de serviço ligados à sua qualidade de autarcas sem que utilizem viaturas da freguesia ou compensar os autarcas em regime de não permanência quando se deslocam do seu domicílio para assistirem às reuniões dos respetivos órgãos.* -----

h. 27
28. 27

----- O direito a auferir de subsídio de transporte desdobra-se em duas vertentes, ambas aplicáveis aos eleitos das freguesias, por remissão do artigo 11^o da lei n.º 11/96, de 18 de Abril, de acordo com o artigo 12^o do EEL. -----

----- A primeira consagra o princípio geral de que há direito a auferir de subsídio de transporte sempre que os eleitos locais se desloquem por motivo de serviço relacionado com a sua função autárquica e não utilizem viaturas autárquicas. Assim, sempre que um eleito local se deslocar por motivo de serviço e não utilizar viatura autárquica tem direito a auferir de subsídio de transporte. -----

----- Os termos de atribuição do subsídio de transporte são os aplicáveis ao emprego público, atualmente previstos e regulamentados no capítulo IV do decreto-lei n.º 106/98, de 24 de Abril, com as alterações introduzidas pelas leis n.ºs 66-B/2012, de 31/12. -----

----- A segunda consagra o direito a subsídio de transporte aos eleitos locais em regime de não permanência das freguesias quando se desloquem da sua residência para assistirem às reuniões dos órgãos dos órgãos deliberativos ou executivos ou das comissões criadas no seio das assembleias deliberativas. -----

----- Esta norma é uma norma especial aplicável apenas aos eleitos que não estejam em regime de permanência, ou seja, aos eleitos que não recebem remuneração, e destina-se a compensá-los pelas despesas de transporte que suportem para participar nas reuniões dos seus órgãos ou nas comissões das assembleias deliberativas. -----

----- O domicílio dos eleitos locais, para estes efeitos, deve também ser considerado tal como nas ajudas de custo, o domicílio voluntário definido pelo n.º 1 do artigo 82^o do Código Civil, ou seja, o lugar da residência habitual. -----

----- O número de quilómetros a considerar para efeitos do cálculo do montante deste subsídio deve ser o correspondente à distância mais curta entre o domicílio ou residência habitual e o local da reunião, não havendo limites mínimos de quilómetros para efeitos do pagamento deste subsídio, ou seja, pode haver pagamento deste subsídio mesmo quando a distância a percorrer seja, por exemplo, de um quilómetro. -

----- 3 – Assim, estando em causa na questão concreta que nos formularam o direito a subsídio de transporte de um membro da assembleia freguesia sempre que este se desloque às reuniões do órgão a que pertence (assembleia freguesia) terá direito a subsídio de transporte nos termos atrás referidos. -----

----- O subsídio de transporte tem valores diferenciados, consoante seja efetuado em transporte próprio (0,36 € km) ou em transporte público (0,11 € km). -----

----- Consideramos, no entanto, que o eleito deverá utilizar para estes efeitos transporte público, sendo-lhe pagas as correspondentes importâncias depois de preenchido o boletim itinerário. -----

----- 4- No entanto, este eleito pode não ter apenas direito a auferir de subsídio de transporte dado que poderá eventualmente ter também direito a auferir de ajudas de custo. -----

----- O artigo 11^o do Estatuto dos Eleitos Locais (aplicável também aos eleitos das Freguesias, dado o disposto no artigo 11^o da 11/96, de 18/04 «Aplicam-se subsidiariamente aos eleitos para órgãos das juntas de freguesia, com as necessárias adaptações, as normas da Lei n.º 29/87, de 30/06») estabelece que os eleitos têm direito a ajudas de custo a abonar nos termos e no quantitativo para o funcionalismo público, quando se desloquem por motivo de serviço para fora da freguesia ou os eleitos em regime de não permanência quando se desloquem do seu domicílio para assistir às reuniões ordinárias e extraordinárias dos respetivos órgãos, desde que este diste a mais de vinte quilómetros do local das reuniões ou das comissões. -----

----- As ajudas de custo têm por objetivo compensar as despesas acrescidas de alimentação e de dormida dos eleitos locais pelos dois tipos de motivos invocados. -----



----- Quando a razão da sua atribuição seja a comparência às reuniões ordinárias e extraordinárias dos respetivos órgãos, no caso dos eleitos em regime de não permanência, pretende-se compensar quem, não sendo remunerado pelas funções que exerce, é obrigado a deslocar-se do seu domicílio para assistir às reuniões do órgão a que pertence ou das comissões das assembleias deliberativas em que está integrado. ---

----- Sendo o domicílio o lugar da residência habitual – nº 1 do artigo 82º do Código Civil – e não sendo necessário pela lei eleitoral das autarquias locais estar-se recenseado na autarquia onde se foi eleito (artigo 5º da lei orgânica nº1/2001, de 14 de Agosto) compreende-se a importância desta norma. -----

----- Como se pode ser eleito para um órgão de uma determinada autarquia sem se estar recenseado nessa autarquia, ou seja, pode-se residir noutro local, é importante que quem seja eleito em regime de não permanência, não remunerado, seja ressarcido das despesas que suporta com as deslocações do seu domicílio para assistir às reuniões autárquicas. -----

----- Ora, o eleito referido no vosso ofício poderá eventualmente ter também direito a ajudas de custo para além do direito a subsídio de transporte. -----

----- Assim, se o domicílio do eleito distar mais de vinte quilómetros do local da realização das reuniões este terá, também, direito a ajudas de custo, nos termos do decreto-lei nº 106/98, de 24/04, com as alterações introduzidas pelas lei nºs 66-B/2012, de 31/12, se a deslocação abranger os seguintes períodos: -----

----- Ajudas de custo diárias. -----

----- Se a deslocação abranger o período compreendido entre as 13 e 14 horas- 25% ---

----- Se a deslocação abranger o período compreendido entre as 20 e 21 horas- 25% ---

----- Se implicar alojamento-50% -----

----- 1. Em nosso entendimento deve-se interpretar extensivamente o artigo 11º da lei nº 11/96, de 18/4, e considerar-se o Estatuto dos Eleitos Locais é aplicável a todos os eleitos das Freguesias e não apenas aos das Juntas. Doutra forma, discriminam-se os eleitos das assembleias de freguesia relativamente aos das assembleias municipais e viola-se o princípio constitucional da igualdade. ----- ”

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que o Estatuto dos Eleitos Locais afirmava direitos. -----

----- “Os eleitos locais têm direito: -----

----- Alínea d) Ajudas de custo e subsídio de transporte.” -----

----- Nos números 2, 3 e 4 não excecionava, era uma titularidade bastante clara e quem pensava outra coisa estava errado. -----

----- Na sua opinião pessoal não concordava com essa Lei, mas era a Lei. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que o que se passava era saber se essa Lei era moral ou inclusivamente, que foi o que o surpreendeu, se era moral fazer uma candidatura sabendo que ia ter esses custos. Não estava fora da Lei, recebia as suas ajudas de custo, discutir esse artuculado e as interpretações era uma chatice para os eleitos e para o público que ali estava. -----

----- Outra coisa era que as pessoas, e o Paulo Lopes acabou de fazer, misturavam legalidade com moralidade, mas eram coisas distintas e uma não devia contrariar a outra. -----

----- O Membro Francisco de Azevedo na sua brilhante intervenção disse que o Presidente não tinha marcado nenhuma Assembleia, à exceção de duas. Fazia lembrar o Pacheco Pereira a dizer que não houve presos e que foram todos libertados. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** pediu ao Senhor Presidente que continuassem com os trabalhos e fariam a votação. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha recebido a proposta do Livre e queria dar os parabéns ao Livre pela forma como apresentou a proposta, bem estruturada. Não estavam habituados a um trabalho tão exaustivo e tão bem feito. Os seus parabéns.-----

----- **Membro Tomás Amaro (Livre)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

----- *Reabilitação do Parque Canino* -----

----- *Localização: Rua Filipe da Mata/Viaduto Avenida dos Combatentes* -----

----- *O acesso a espaços públicos qualificados para animais de companhia constitui hoje uma dimensão relevante das políticas urbanas de proximidade, contribuindo para a promoção do bem-estar animal, da saúde pública e da convivência comunitária.* -----

----- *Os parques caninos desempenham uma função específica no tecido urbano: permitem o exercício físico dos animais em segurança, reduzem conflitos no uso partilhado de jardins e zonas verdes e promovem a interação social entre moradores, reforçando laços de vizinhança e o sentimento de pertença ao território.* -----

----- *Na Freguesia de Avenidas Novas, o parque canino localizado no segmento inferior do Viaduto da Avenida dos Combatentes, junto à Rua Filipe da Mata, constitui uma infraestrutura de proximidade particularmente relevante para os residentes do Bairro do Rêgo e zonas envolventes.* -----

----- *Contudo, verifica-se, na data presente, um estado de degradação significativo do espaço, que se documentou em fevereiro deste ano e se redocumentou em abril deste ano, como segue:* -----

----- *(Apresenta fotografias)* -----

----- *Acumulação de lixo* -----

----- *Pavimento irregular e desgastado, com zonas de terra batida e acumulação de lama em períodos de chuva;* -----

----- *Vedação e portões com sinais de desgaste e manutenção insuficiente;* -----

----- *Mobiliário urbano degradado (bancos, papeleiras);* -----

----- *Iluminação deficitária;* -----

----- *Falta de sinalética informativa atualizada;* -----

----- *Manutenção irregular ao nível da limpeza e desinfeção do espaço.* -----

----- *Na informação obtida ao abrigo do Direito de Oposição, verificou-se a ausência de qualquer previsão de intervenção integrada na aludida estrutura. (Cf., Mensagem do Presidente da Junta de Freguesia e Prestação de Contas 2025-2026/1Triniestre).* -----

----- *Os eleitos pelo LIVRE entendem que a qualificação do espaço público deve ser uma das prioridades de qualquer Executivo, trazendo a esta Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas a proposta de que delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia:* -----

----- *1. Que proceda a uma avaliação técnica detalhada do estado atual do parque canino localizado sob o Viaduto da Avenida dos Combatentes, junto à Rua Filipe da Mata, identificando as necessidades de intervenção prioritária;* -----

----- *2. Que promova, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, uma intervenção de reabilitação do espaço, contemplando, designadamente:* -----

----- *a) Regularização e melhoria do pavimento, assegurando drenagem adequada;* ----

----- *b) Reparação ou substituição da vedação e portões;* -----

----- *d) Reforço do mobiliário urbano e das papeleiras específicas para detritos caninos;*

----- *e) Melhoria da iluminação e da sinalética;* -----

----- *f) Definição de um plano regular de manutenção, limpeza e desinfeção;* -----



----- 3. *Que promova a auscultação dos utilizadores do parque, através de mecanismos de participação pública, com vista à recolha de contributos para a melhoria do espaço.*

----- Avenidas Novas, 20 de abril de 2026-----

----- Os eleitos do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas----- ”

----- Disse que o que levantavam era a falta de atenção que existia com o parque canino daquele lado da Freguesia. Tanto quanto sabia e corrigissem se estivesse errado, tinham dois parques caninos pelo menos na Freguesia, um no Campo Pequeno, que muitos conheciam, e um na Rua Filipe da Mata, por baixo de um viaduto que já foi ali discutido muitas vezes. Eles apresentavam situações totalmente diversas. -----

----- No ano passado houve algum investimento em barrotes de madeira no parque. O parque do lado da Filipe da Mata não tinha nenhuma fechadura. Era um utilizador, morava na rua, tinha um cão, tinha que levar a sua própria corrente para conseguir fechar, ir abrir para outros utilizadores. Não existia nenhuma restrição a acessos, tiveram já pessoas, infelizmente, a residir dentro do parque e isso era algo que conseguiam corrigir individualmente.-----

----- Algo que não conseguiam corrigir individualmente, para quem tinha animais de estimação, principalmente cães, que estavam em atividade contínua, num lugar como a Rua Filipe da Mata muito pouco arborizada, também muito quente, por baixo de um viaduto, não tinha acesso à água e muitos outros pontos. Não tinha uma lixeira a funcionar, o que obrigava alguns donos de animais de estimação a deixar os seus dejetos lá, latas, garrafas partidas, que punham em risco a vida dos animais e poderia continuar.

----- O que sugeriam era uma atuação por parte da Junta de Freguesia. Conhecia casos em que foi até assinalada uma utilização irregular de um espaço, chamassem um jardim de infância de cães na Freguesia. Que fosse feita alguma coisa para equilibrar os dois parques caninos e os dois lados da Freguesia. -----

----- Deixava-o bastante curioso como um parque canino que ficava ao lado de um lugar onde se fazia manutenção de espaços da Freguesia não tivesse sido mantido. Seria muito fácil por parte das equipas de manutenção ir de um lado ao outro. Para quem não sabia, parte da manutenção na Freguesia era feita ao lado do campo de futebol e o parque canino ficava a 60 metros de distância, talvez menos.-----

----- Gostava que todos analisassem com cuidado, principalmente o Executivo, como utilizador, como freguês e como representante. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que começava por lamentar duas situações. A primeira era a receção tardia da documentação enviada pelos serviços afetos à Assembleia de Freguesia. Os documentos foram recebidos por volta da meia-noite, mais ou menos, quando o Regimento falava até às 15 horas. Por acaso era uma pessoa noturna, deitava por volta da uma da manhã, às vezes mais tarde, e levantava cedo, mas outros eleitos se calhar só de manhã tiveram a oportunidade de analisar. Isso era um trabalho coletivo, tinham que partilhar com outros eleitos e outras pessoas. Lamentava essa situação e esperava que não se repetisse. -----

----- Até agora estava a aguardar o envio da documentação impressa respeitante à Assembleia de Freguesia. Tinha lido aquilo que conseguia ler no computador, apesar de passar horas ao computador não era muito agradável ler documentos dessa dimensão, principalmente um relatório e contas. -----

----- Relativamente à proposta do Livre, era semelhante a uma que a CDU apresentou no mandato anterior respeitante a esse parque canino. Na altura o Executivo disse muito bem e foi aprovada por unanimidade. Era importante porque havia muitos fregueses e não fregueses que tinham animais e precisavam de um espaço para levar os seus animais e a resposta que foi dada pelo Executivo eram as obras do viaduto, não se podia fazer nada por causa do viaduto, mas já se passaram quatro ou cinco anos e as obras no

viaduto não se viam. Houve algumas melhorias no seguimento dessa recomendação, mas mais nada. -----

----- Diria que, levando já para um documento que ia a seguir do PS para haver algum acompanhamento por parte do Executivo daquilo que era proposto e aprovado na Assembleia de Freguesia, que fosse reportado aos Membros da Assembleia e também à população. Se calhar teriam já uma solução para o parque canino, se calhar tinham dois parques caninos mais na Freguesia, que era grande e se calhar dois eram poucos. -----

----- Iriam aprovar o documento e ainda bem que levaram ali de novo essa situação, porque era um problema que estava para ser resolvido e não podiam pegar só nas obras do viaduto. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que vida de cão tinham esses parques caninos mais degradados. O que lamentava profundamente era que também houvesse vida de cão nos parques infantis da Freguesia. Preferia que tratassem dos jardins das crianças, que os limpassem, mantivessem e melhorassem. -----

----- Não conhecia esse parque canino, mas cada parque canino e jardim e tinha a sua particularidade. O jardim que frequentava tinha também o parque canino onde se gastou vinte e tal mil euros numa cerca e numa brita mais umas tábuas, que estava sempre vazio e no espaço relvado onde o seu neto gostava de jogar futebol estava carregado de dejetos de cães, já não se podia ir para lá. -----

----- Portanto, mantendo todo o respeito pelos donos de cães, pelo espaço que eles tinham que usufruir e que também tinha que ser saudável, seria bom os donos dos cães fazerem respeitar o espaço que não era dos cães e sim dos seres humanos. Gostava muito de bicharada, mas punha o ser humano acima da bicharada. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que antes de votar pedia ao Executivo se podia pronunciar sobre essa moção, o que estava nos planos, se já havia conhecimento da Junta relativamente à Câmara, se poderiam dar alguma palavra que contribuísse para o esclarecimento dessa proposta. -----

----- Relativamente à proposta em si seriam coerentes com o que disseram no passado, não havia aí grandes dúvidas, mas saber se havia alguma evolução, se havia algum contato com a Câmara, para ajudar na votação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, sobre os parques caninos, disse que tinham a preocupação permanente de os ter como devia ser. Na Filipe da Mata partiam fechaduras, estavam constantemente a arranjar, a limpeza estava a ser feita pela higiene urbana. Tinham ali junto à Igreja de Fátima também, tinham no Campo Pequeno e estavam bem em termos de limpeza, mas havia pessoas que não sabiam utilizar os parques caninos. Estavam sempre em cima do acontecimento, essa era a realidade. -----

----- **Membro Tomás Amaro (Livre)** disse que concordava com a questão dos dejetos. Realmente tinham que ter esse cuidado e agradecia a recomendação e que propusessem algo para isso. Os dejetos podiam acontecer por falta de fiscalização, por falta de recomendação e também por falta de equipamentos. -----

----- Existia lá um local onde podiam tirar os sacos para recolher os dejetos e estava sempre vazio, noutros lugares da Freguesia estava sempre vazio e não era por isso que os dejetos avançavam. -----

----- Respondendo ao Senhor Presidente, a fechadura não foi trocada no último ano ou ano e meio. Ia lá todos os dias e não via, a não ser que tivessem partido todos os dias uma fechadura nova, o que não parecia estar representado no Orçamento. Pensava que esse cuidado era interessante e gostava de o ver na prática, ver essa fechadura alterada. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Reabilitação do Parque Canino”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----



----- (Membro Paulo Lopes fez um ponto de ordem à Mesa no sentido de ser votada, no PAOD, a Proposta de destituição do Presidente da Mesa da Assembleia, o que foi aceite por unanimidade dos eleitos presentes)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação, por voto secreto, a **Proposta de destituição da Mesa da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas**, tendo obtido o seguinte resultado: **dez votos contra, oito votos a favor.**-----

----- Agradeceu a confiança que a Assembleia de Freguesia depositou no seu trabalho e disse que continuaria com isenção a desempenhar as funções que lhe foram confiadas.--

----- **Membro João dos Santos (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Partilhas Intergeracionais – A hora dos Avós* -----

----- *Na Assembleia de Freguesia do dia 13 de março, realizou-se também a Assembleia das Crianças, onde as crianças e educadores apresentaram e levantaram questões sobre a nossa freguesia.* -----

----- *No decorrer da Assembleia, um aluno do Colégio Académico transmitiu que uma das atividades desenvolvidas é o Clube da Avó, onde crianças e idosos se juntam para partilhar.* -----

----- *Sendo uma atividade que permite uma relação intergeracional entre crianças e idosos, uma troca genuína com interação e aprendizagem mútua.* -----

----- *Que através da aprendizagem mútua, as gerações mais novas aprendem com a sabedoria e conhecimento dos mais velhos, enquanto os mais velhos aprendem e conhecem as novas tecnologias e tendências.* -----

----- *Permite o combate ao idadismo, desconstruindo estereótipos de que os idosos são limitados, promovendo assim uma visão ativa do envelhecimento.* -----

----- *Promove a solidariedade através da entreajuda e o apoio entre gerações, crucial para a coesão social.* -----

----- *Este tipo de atividade pode ser praticada nos mais diversos ambientes e a convivência comunitária poderá trazer ganhos para todos.* -----

----- *Existem duas Escolas Básicas na Freguesia.* -----

----- *Os eleitos na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas na sua Sessão Ordinária de 23 de abril de 2026 recomendam:* -----

----- *que o executivo da junta promova junto das Escolas Básicas de São Sebastião da Pedreira e Mestre Arnaldo Louro de Almeida o Clube dos Avós de forma a expandir esta boa prática a todos os alunos da freguesia.* -----

----- *Os eleitos da Assembleia de Freguesia* ----- ”

----- Disse que era uma recomendação de todas as forças políticas representadas na Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Recomendação “Partilhas Intergerecionais – A hora dos Avós”**, apresntada por todos os eleitos da Assembleia de Freguesia, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**--

----- **Membro João dos Santos (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Saudação** -----

“----- *50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026)*-----

----- *A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, e as primeiras Eleições Autárquicas democráticas, realizadas em 12 de Dezembro do mesmo ano, constituem dois momentos determinantes da consolidação da democracia portuguesa, profundamente ligados ao processo libertador iniciado com a Revolução do 25 de Abril de 1974.* -----

----- A Constituição consagra um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, assim como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais, assegurando o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, à segurança social, ao ambiente e à participação democrática, em suma e como diz a canção a Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação. -----

----- No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas, efetuadas nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes, representou uma das mais profundas conquistas de Abril: a afirmação do Poder Local Democrático, de raízes tão antigas, a sua consagração constitucional, o seu carácter plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira e instrumento essencial de proximidade e exercício do poder pelas populações. -----

----- Ao longo de cinco décadas o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação económica, social e cultural do País, criador da realização ou melhoria das condições infraestruturais de vida em parte importante do território, aquele em que quase nada existia. Contudo, também o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia e capacidade de intervenção, seja através de mudanças subliminares no seu regime jurídico e financeiro, quer pela atribuição de novas competências sem transferência dos meios correspondentes, do adiamento da Regionalização prevista na Constituição ou de processos de fusão e extinção de freguesias à revelia da vontade das populações. -----

----- Assinalar o 50º Aniversário da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto social de Abril e reforçar o compromisso com a participação popular no desenvolvimento equilibrado do País. -----

----- Os eleitos na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas propõem, assim: -----

----- Saudar os 50 Anos da Constituição da República Portuguesa e o 50º Aniversário das primeiras Eleições Autárquicas Democráticas, realizadas em 12 de Dezembro de 1975; -----

----- Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como pilar fundamental e instrumento essencial da participação popular e do desenvolvimento local; -----

----- Reafirmar a necessidade de cumprimento integral da Constituição enquanto garante de direitos, liberdade e garantias; -----

----- Promover ao longo de 2026 iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas que assinalem estas duas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população. -----

----- Lisboa, 23 de Abril de 2026 ----- ”

----- Continuando, disse que queria apenas deixar uma frase: 25 de Abril Sempre! -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a Saudação “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026)”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDU, Livre e BE) e 4 abstenções (CDS-PP e IL) -----

----- (O Eleito do Chega não votou por se encontrar momentaneamente ausente da sala)

----- Membro Paulo Lopes (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou a favor e concorda plenamente com os quatro pontos deliberativos, mas não deixa de referir que não concorda com a questão da extinção e fusão de Freguesias, que a reversão foi muito pequena e temos o exemplo de Lisboa, que é um sucesso a reforma administrativa de Lisboa. Portanto, não concordamos com este meio parágrafo, mas concordamos com os pontos deliberativos.” -----

----- Membro André Carrilho (PS) fez a seguinte intervenção: -----



----- "O Partido Socialista votou a favor deste voto de saudação, não podia deixar de o ser. Somos a favor e comemoramos com todo o sentido democrático e com todo o sentido de pertença à coisa pública que construímos desde os últimos 50 anos. -----

----- No entanto, faço esta declaração de voto para dizer que, também no mesmo sentido do PSD, não nos revemos inteiramente no quarto parágrafo. Se bem que por vezes, o poder local democrático se tentou atacá-lo, felizmente nunca foi possível porque houve sempre forças democráticas que o impediram. Esperemos que assim continue a ser." -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que a moção que apresentava ia em grande parte no caminho que o Membro João Santos referiu, curiosamente. Pretendia saudar o 25 de Abril, a data também dos 50 anos da aprovação da primeira Constituição da República Portuguesa depois do 25 de Abril, mas também saudar os 50 anos das primeiras eleições autárquicas, realizadas em 1976. -----

----- Como foi recentemente afirmado na Assembleia da República, aquando das comemorações da Constituição da República, foi afirmado pelo Deputado Cristóvão Norte do PSD que "o desafio do nosso tempo não é ter mais ou menos Constituição, é saber cumpri-la no que verdadeiramente importa" e também que "a liberdade não se herda, conquista-se todos os dias". -----

----- Foi isso que o 25 de Abril permitiu, foi isso que o 25 de Abril lhes deu e foi isso que a Constituição permitia fazer. Estavam ali por causa da Constituição de 1976, as primeiras eleições realizaram-se nesse ano. Era um ano interessante, 52 anos do 25 de Abril e uma data redonda, 50 anos da Constituição. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

"----- *Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *O 25 de Abril de 1974 marcou a instauração da liberdade, da democracia e do Estado de Direito Democrático em Portugal, pondo fim a um regime autoritário e abrindo caminho à construção de uma sociedade mais justa, plural e solidária;* -----

----- *A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, cuja comemoração dos 50 anos se assinalaram no passado dia 2, consagrou os direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como os princípios estruturantes do regime democrático, constituindo a base essencial da nossa vida coletiva, de que as autarquias locais são um dos seus pilares estruturantes;* -----

----- *Como afirmou o deputado Cristóvão Norte, nas comemorações da aprovação da Constituição, "o desafio do nosso tempo não é ter mais ou menos Constituição, é saber cumpri-la no que verdadeiramente importa", lembrando numa mensagem especialmente dirigida aos mais novos, mas que todos temos de ter sempre presente "a liberdade não se herda, conquista-se todos os dias".* -----

----- *Ao longo destas cinco décadas, Portugal consolidou o seu regime democrático, enfrentando desafios e promovendo progressos significativos no desenvolvimento económico, social e humano, num percurso que deve ser valorizado e aprofundado;* -----

----- *Comemoram-se também este ano, 50 anos das primeiras eleições autárquicas, desde as quais os autarcas têm tido um papel relevante na construção, consolidação e modernização da democracia portuguesa, contribuindo para a afirmação dos valores da liberdade, da responsabilidade, da coesão social e do desenvolvimento sustentável;* -----

----- *O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, simboliza a luta histórica dos trabalhadores de Chicago em 1886, pela dignidade do trabalho, por melhores condições laborais e por uma sociedade mais equilibrada, sendo um marco de afirmação dos direitos sociais consagrados constitucionalmente;* -----

----- Considerando a proximidade destas duas datas;-----

----- Considerando, ainda, que a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas é o órgão deliberativo e representativo do povo da Freguesia de Avenidas Novas;-----

----- A Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, reunida em sessão ordinária em 23 de abril de 2026, saudando a passagem de mais um aniversário da Revolução de Abril, bem como os trabalhadores que daqui a uma semana comemoram mais um Dia do Trabalhador em Liberdade, delibera:-----

----- 1. Saudar o 52º aniversário do 25 de Abril e todos os autarcas, que desde as primeiras eleições autárquicas de 1976, tanto fizeram e continuam a fazer pelas suas populações, estando sempre na primeira linha de defesa dos seus interesses;-----

----- 2. Saudar os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo o seu papel estruturante na consolidação do regime democrático e reafirmando o compromisso com os seus valores e princípios;-----

----- 3. Saudar a passagem do 140º aniversário da luta dos trabalhadores de Chicago, que determinou a declaração do dia 1º de Maio, como Dia Internacional dos Trabalhadores;-----

----- Lisboa, Avenidas Novas, 26 de abril de 2026-----

----- Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- ”

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** perguntou onde já tinha ouvido isso, com 65 anos de idade que tinha. Iriam ter o 25 de novembro, tinham o 25 de abril e esse ano, se Deus lhe desse vida, ia celebrar o 25 de dezembro, que era o que fazia mais sentido para si, porque era o 25 que não dividia. Portanto, iria fazer uma moção sobre o 25 de dezembro.-----

----- No entanto, tudo merecia uma resposta e ia dar a sua, que também já não era surpreendente, já se iam habituando a essas coisas.-----

----- Assinalavam mais um aniversário da Revolução de 25 de Abril, um momento marcante da História, mas homenagear essa data não podia significar apenas celebrar, devia também implicar refletir com verdade e sem receios. Ao longo das últimas décadas houve decisões políticas que tiveram consequências profundas na economia portuguesa, na indústria, na agricultura e nas pescas, continuando fragilidades que ainda agora sentiam.-----

----- Em muitos casos assistiu-se a um dismantelamento de setores produtivos, com políticas que desincentivaram a produção e afetaram a capacidade do país em gerar riqueza.-----

----- Também militares vindos das antigas províncias ultramarinas enfrentaram enormes dificuldades de integração, sentindo-se muitas vezes tratados como cidadãos de segunda.-----

----- O período a seguir à revolução ficou ainda marcado por instabilidade política, com prisões prolongadas sem culpa formada e tensões que não podiam ser apagadas da memória política.-----

----- Persistiam problemas estruturais que atravessavam gerações, a fuga de jovens para o estrangeiro, a falta de competitividade, os baixos salários e mais recentemente a crise na habitação. Ao longo desses anos diferentes governos, tanto do PS como do PSD. Tinham alternado responsabilidades, mas os resultados continuavam aquém do necessário que era resolver esses desafios.-----

----- A História não se alterava nem se reescrevia, devia ser analisada com rigor, com honestidade e sem enviesamentos políticos.-----

----- Tal como no passado existiam formas de condicionamento, também agora deviam estar atentos às novas pressões no espaço público. Tinha consigo dois lápis, um azul do antigamente e um vermelho da atualidade.-----



----- Celebrar a democracia devia ser acima de tudo um compromisso com a verdade, com a responsabilidade e com a construção de um futuro melhor para todos os portugueses. A democracia não era um bem adquirido, era preciso ser protegida e combater todos os inimigos que atentavam contra ela.-----

----- Por isso, a melhor homenagem que podiam fazer aos mais de 50 anos do 25 de Abril não era o aplauso automático, era sim a coragem de reconhecer o que correu mal, aprender com os erros e corrigir.-----

----- Pelo exposto e por entender que ainda existiam resistências à liberdade de escolha, iria votar contra.-----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que o Partido Socialista era parte fundamental da construção democrática e por isso votaria a favor dessa moção e pedia até que o PS também pudesse subscrever, teriam muito gosto nisso.-----

----- Queria apenas dizer que pelos 50 anos do 25 de Abril perguntaram a Vasco Lourenço o que faltava fazer, ao que disse que não estava nada por cumprir e ao mesmo tempo estava tudo por cumprir.-----

----- A comemoração do 25 de Abril não era apenas a data que se comemora. Comemora-se tudo a partir daí, foi o começo de tudo, foi o começo das comunidades e era isso que os fazia comemorar.-----

----- Claro que estava sempre muito por fazer, mas assumindo as palavras de Vasco Lourenço estava ainda tudo por fazer.-----

----- “Viva o 25 de Abril!”-----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que subscreviam integralmente o texto ali apresentado e iriam votar a favor, mas não deixava de estranhar quando se subia a esse púlpito para falar da data de 25 de Abril e se falava de prisões arbitrárias.-----

----- Para além de subscrever o texto do PSD, convidava todos os presentes a estar na marcha do 25 de Abril e descer a Avenida, nesses tempos que tanto precisavam que a rua recordasse que foi ela que deu a democracia.-----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que estavam a comemorar a Constituição da República e o que faltava era mesmo cumpri-la, porque se cumprissem o que estava na Constituição da República muitas das questões se calhar não se levantavam. Havia quem gostasse mais do 24 do que do 25 de Abril, mas eram opções e lá estariam para lutar por ele.-----

----- O seu Viva o 25 de Abril! Quando lhes queriam cortar a liberdade lutavam. O 25 de Abril era do povo, era de quem trabalhava ou de quem trabalhou. Foi na rua que ele se fez, era na rua que se comemorava. A luta pela liberdade era de todos os dias e todos os dias iam defendê-la. Deixava o repto para participarem nas comemorações do 25 de Abril na Avenida da Liberdade.-----

----- O 1º de Maio era de todos. Ao corte de direitos laborais e sociais respondiam com luta. Esse era o dia dos trabalhadores, não dos explorados e dos exploradores ou do Governo. Iam derrotar o pacote laboral e a reforma do Estado por uma vida melhor. “Todos ao 1º de Maio, todos à Alameda”.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que podia falar em nome da bancada do CDS, para dizer que subscrevia esse voto de saudação.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** começou por agradecer ao PS, ao Livre e ao CDS. Essa moção foi feita precisamente com a intenção de, focando os pontos principais, ser suficientemente abrangente para merecer o apoio e uma votação clara. Achava que isso era importante.-----

----- Dirigindo-se ao Membro Pedro Duarte, disse que ainda bem o “onde é que já ouvi isto” Esperava que para o ano pudesse dizer novamente e dizer durante muitos anos. Era exatamente isso que os fazia estar ali.-----

----- Discordava de muita coisa que aconteceu depois do 25 de Abril, mas as datas deviam ser comemoradas, o que esteve na razão do seu acontecimento e era isso que a moção pretendia transmitir.-----

----- A luta dos trabalhadores de Chicago foi sem dúvida importante e decisiva, não a deviam esquecer. Era importante as pessoas saberem porque existia a data do 1º de Maio.-----

----- Basicamente queria agradecer o apoio que a moção mereceu.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU, Livre, IL e BE) e 1 voto contra (Chega)-----

----- **Membro André Carrilho (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção**-----

“----- *Sobre o reforço de mecanismos de monitorização da execução das recomendações aprovadas na Assembleia de Freguesia*-----

----- *As recomendações aprovadas pela Assembleia de Freguesia não constituem meros enunciados formais: representam expressões legítimas da vontade democrática em procurar encontrar soluções para melhoria das condições de vida dos nossos fregueses e funcionamento da Junta de Freguesia. Cabe ao executivo respeitar essas deliberações, responder-lhes com clareza e, se for o caso, assegurar o seu cumprimento.*-----

----- *No entanto, e como tem sido amplamente reconhecido, a ausência de respostas regulares e fundamentadas, bem como a insuficiente implementação das recomendações aprovadas, compromete a qualidade da democracia local, para além de minorizar de uma forma inaceitável o papel da Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Simultaneamente, a inexistência de um sistema transparente e publicamente acessível de monitorização do estado de execução das recomendações impede uma verdadeira avaliação do grau de compromisso do Executivo com as deliberações da Assembleia de Freguesia e dificulta o exercício pleno das funções que lhe cabem.*-----

----- *Apesar do nº 2 do Artigo 29.º do Regimento das Assembleia, determinar que, em cada sessão ordinária, o Presidente da Mesa faça um ponto de situação sobre os assuntos deliberados, tal não tem acontecido por, de fato, não existir o referido compromisso do Executivo com as deliberações da Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Assim, os eleitos pelo Partido Socialista vêm propor, nesta sessão da Assembleia de Freguesia, a seguinte orientação:*-----

----- *1. Que o Executivo assegure a resposta formal e fundamentada a cada recomendação aprovada, num prazo de 90 dias, especificando as ações a desenvolver ou os motivos que impeçam a sua execução;*-----

----- *2. Que seja criado e implementado um sistema de monitorização contínua das recomendações aprovadas pela Assembleia de Freguesia, com identificação clara do respetivo estado de execução e dos elementos que justifiquem cada classificação (designadamente “Executada”, “em execução”, “Não Executada” ou “Execução não aplicável”).*-----

----- *3. Que o Executivo disponibilize publica e permanentemente, através do sítio da JFAN, um relatório de acompanhamento contendo todas as recomendações aprovadas desde o início do mandato, o seu estado de execução, as medidas concretas adotadas e, sempre que aplicável, as razões para a sua não execução.*-----

----- *4. Execute a presente orientação no prazo máximo até ao final do primeiro semestre de 2026.*-----

----- *Lisboa, 23 de abril de 2026*-----

9817
24

----- Os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- ”

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que saudavam essa iniciativa do PS, à qual se associavam. De facto, como partido pela primeira vez representado na Assembleia, foram olhar o passado e começaram a percorrer as várias atas e as várias moções aprovadas e não viam depois disso resolvido.-----

----- Uma das primeiras intervenções que tivera na Assembleia foi para perguntar como estava a execução de uma medida já aprovada, que era a questão de corrigir o desnível da Avenida dos Combatentes, os peões que iam da Filipe da Mata e do Bairro do Rêgo para apanhar o metro confrontavam-se diariamente. A Assembleia já deliberou que essa obra era necessária e não havia nenhum mecanismo de controlo sobre em que ponto estava essa recomendação que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Quem falava dessa também falava de outras já mencionadas, como a do parque canino. Identificaram um problema e procuraram solucionar, pelos vistos no passado já tinham identificado para procurar soluções, mas sem sucesso. -----

----- Existindo ferramentas que permitiam aos eleitos identificar em cada um dos temas se encontrava era mais saudável. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que queria reforçar a ideia levada ali pelo PS sobre a necessidade de execução ou não das recomendações apresentadas pelas forças políticas. Sabiam que muitas das vezes não estavam de acordo com a ideia do Executivo, mas eram o sumo do dia a dia, daquilo que contactavam com os fregueses e as preocupações que demonstravam. Se depois não havia consequências os fregueses pediam responsabilidades a quem as apresentou e tinha que haver um equilíbrio,-----

----- Deixava mais uma vez o repto para que o Executivo avançasse com essa proposta.

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)**, respondendo ao Membro Paulo Lopes, disse que nada tinha contra o 1º de Maio ou o 25 de Abril, mas era muito respeitador do dinheiro dos impostos e por experiência na Assembleia Municipal passavam tardes a fio a fazer saudações e moções sobre tudo e mais alguma coisa. -----

----- Achava que a Assembleia era um órgão para fiscalizar as contas da Junta e todas essas atividades políticas do 25 de Abril, moção aos bombeiros, etc., deviam ser feitas ao domingo em Assembleia não paga. -----

----- Não podia estar mais de acordo com o Membro André Carrilho, mas também lhe lembrava que na Assembleia de Freguesia de setembro de 2025 tentara fazer uma proposta que por lapso não chegou a tempo e teve que ser votada a admissão ou não dela, tendo sido rejeitada a admissão dessa proposta. Curiosamente, a seguir à Assembleia muitos lhe foram pedir para voltar a pôr porque era do interesse de todos. Até na primeira Assembleia de Freguesia o PCP levou uns documentos tardios e foram votados, foi com o PCP que tinha aprendido.-----

----- Obviamente que ia aprovar essa moção, tinha feito uma idêntica assinada em 23 de abril de 2026, só que não tinha conseguido enviar a tempo e não ia pedir novamente que fosse submetida porque provavelmente seria reprovado. Concordava plenamente que muitas dessas recomendações eram a vontade dos moradores e se fossem aprovadas gostavam que elas tivessem seguimento, que não caíssem no esquecimento e daí ter feito essa proposta na última Assembleia de 2025. Preparava-se para apresentar na presente sessão, mas não chegou a tempo e apareceu uma que substituí a sua e dava toda a razão, achava que o Executivo devia começar a trabalhar nisso já no dia seguinte.

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que era basicamente uma questão de transparência e o PSD iria votar a favor, achava que era importante. -----

----- Dirigindo-se ao Membro Pedro Duarte, disse que não estavam ali só para fiscalizar as contas do Executivo, estavam ali para fazer muito mais e as contas também.-----

21/3/78

----- As recomendações que a Assembleia fazia, como a Assembleia Municipal, que infelizmente passando por muitos mandatos de vários partidos eram pouco consideradas, ali eram poucas e não era uma crítica, mas realmente eram poucas e a Junta não tinha que as executar, por isso eram recomendações. -----

----- Achava importante haver uma maior comunicação com os autarcas e até com a população e também as questões colocadas aos Membros do Executivo deveriam ter resposta, fosse ela qual fosse, num prazo que diria razoável, talvez quinze dias, mas deveriam ter resposta aos autarcas e não ficarem no esquecimento por muito tempo, às vezes alguns meses. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que via com bons olhos a aprovação dessa proposta. Reconhecia, sem desprimor para ninguém, que o Executivo podia ter mais atenção no acompanhamento e avaliação das recomendações da Assembleia de Freguesia. -----

----- Valorizavam as deliberações tomadas pela Assembleia e daí que essa proposta só lhes merecia respeito e disponibilidade. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que ficavam satisfeitos por merecer a concordância de todas as forças políticas e queria só dizer ao Membro Pedro Duarte que na próxima entregasse a moção a tempo e cumprisse os prazos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “Sobre o reforço de mecanismos de monitorização da execução das recomendações aprovadas na Assembleia de Freguesia**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **A Senhora Primeira Secretária**, na qualidade de eleita pela Iniciativa Liberal, fez a seguinte declaração política: -----

“----- *“Abril é, nas palavras adaptadas de Sophia de Mello Breyner, o mês da madrugada que esperávamos no dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo. Foi esse dia inicial inteiro e limpo que permitiu que 92% dos portugueses recenseados, 5.700.000 pessoas, pudessem votar livremente e livremente eleger os deputados constituintes, afirmando o que queriam e o que não queriam, assim e equivocadamente dizendo que o voto é do povo.*

----- *Foi esse dia que esperávamos que permitiu que quase um ano depois fosse aprovada a Constituição, que com alterações e aperfeiçoamentos ainda é a que rege o nosso enquadramento político-normativo e permitiu que com pesos e contrapesos se instalasse um Estado de Direito, impedindo a tomada de poder por forças não eleitas. -*

----- *Consagrou o voto livre e universal, a separação de poderes, a liberdade de associação, de que os partidos políticos são uma emanção, a liberdade de expressão e a imprensa livre.* -----

----- *Emergimos de uma noite e de um silêncio que dava letra de Lei à desigualdade, revertida pelo artigo 13 da Lei Fundamental, que estabelece o princípio universal da igualdade e a proibição da discriminação em função da diferença, qualquer que ela seja, assim permitindo a ulterior consagração legal da mudança que socialmente já se tinha sentido, pelo menos desde meados da década anterior. A este propósito destaco a grande reforma do Código Civil de 1977, entrada em vigor em abril de 1978, modificando amplamente o direito da família e o direito das sucessões, trazendo a igualdade para a sociedade conjugal e acabando com a ignóbil distinção e discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos, como se a filiação alguma vez pudesse ser ilegítima.* -----

----- *Como mulher, e mulher licenciada em Direito, destaco ainda a liberdade que as mulheres, habitando a substância do tempo, puderam ter de aceder a carreiras que até então estavam vedadas pelo simples facto do seu sexo, carreira diplomática e*



magistratura, trazendo para esses espaços a diversidade do mundo, de um mundo em que há homens e mulheres. -----

----- Ainda em abril de 1976, no dia 25, realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República, onde 84% dos portugueses recenseados votaram livremente, livremente expressaram o que queriam e o que não queriam, assim inequivocamente dizendo que o voto é o povo. Deu-se então início a um período de normalidade e consolidação da democracia, com a formação de governos constitucionais construídos a partir dos resultados expressos pelo voto popular. Voto popular esse que mais uma vez se expressou em junho de 1976, aquando da realização das primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal e direto, com elevada participação, nas quais mais uma vez os portugueses puderam votar livremente e livremente expressar o que queriam e o que não queriam. Ainda nesse ano, em dezembro, celebraram-se as primeiras eleições autárquicas num modelo que no essencial hoje ainda se mantém. ---

----- Mas se abril é o mês da liberdade, é também o mês dos livros, pois neste mês, mais concretamente hoje, dia 23 de abril, celebra-se o Dia Mundial do Livro, data instituída como forma de homenagem a dois nomes maiores da nossa cultura ocidental, Miguel de Cervantes e William Shakespeare, ambos falecidos em 1616, respectivamente em 22 e 23 de abril. E se abril nos deu a liberdade de votar e de sermos iguais perante a Lei, deu-nos também a liberdade de escrever, de editar e de ler livros, todos os livros, sem indexes castradores nem proibições censórias. -----

----- A leitura dá-nos asas porque nos permite voar mais alto e cruzar fronteiras, dá-nos mundo e cultura e ao mostrar-nos que há outras vidas e outros pensamentos para além dos que conhecemos nos nossos pequenos quintais, aproxima-nos do outro, esvazia diferenças, atenua conflitos. Ao contrário de Pessoa, considero que ler um livro, ter um livro para ler e lê-lo é um prazer e que ler não é, nunca foi e nunca será maçada. -----

----- Num mundo cada vez mais materialista e imediatista, a leitura dá-nos não só as ferramentas necessárias para pensar melhor e melhor escrutinar quem nos governa e dirige, que supostamente são as elites, como ainda nos dá um chão comum de cultura. Fazemos parte de uma Europa milenar forjada nas civilizações helénica e latina, enriquecida pelo pensamento judaico-cristão, resgatada, qual Fénix, das cinzas medievais pelo humanismo renascentista, reinventada pelo iluminismo que nos trouxe a razão, a separação de poderes, a crítica dos poderes absolutos que conduziram ao primado do Estado de Direito, à afirmação dos direitos fundamentais e, ulteriormente, à democracia representativa. -----

----- Tal chão comum serve para acentuar o que nos une em detrimento daquilo que nos separa, sempre com respeito pelas diferenças individuais. Se da tese e da antítese nasce a síntese, é no respeito das diferenças, mas sempre com confronto de ideias, leia-se argumentação, não luta, sem abdicar do pensamento próprio que se avança e evolui. ---

----- Não posso, pois, deixar de fazer um voto de saudação à Europa, cujo dia se celebra em 9 de maio próximo, imediatamente a seguir ao dia da vitória de 8 de maio. A Europa é o nosso continente, é ela própria o símbolo da união de culturas e povos, pois, segundo a mitologia, nasceu da união entre Zeus, que era o deus dos deuses, e Europa, princesa fenícia, por quem se apaixonou e tendo-a raptado vão para Creta e batizando depois o nosso continente. -----

----- Eu já tive oportunidade de dizer ao Senhor Presidente da Mesa, muito gostaria que esta sessão tivesse sido realizada na Biblioteca do Palácio de Galveias, onde hoje penso que estão a decorrer algumas cerimónias alusivas a este dia. A Biblioteca do Palácio Galveias é o expoente maior da cultura da nossa cidade, da nossa freguesia, é uma construção seiscentista dos Marqueses de Távora, sobreviveu ao terramoto de

1755, infelizmente o mesmo não tendo acontecido à família Távora, que foi perseguida e dizimada por um político corrupto, absolutista, que tomou decisões lamentáveis e que vieram a condicionar muito o nosso futuro. ----- "

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Aprovação das Atas n.º 4 e n.º 5: -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata n.º 4, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a Ata n.º 5, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

Ponto 2 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Junta de Freguesia relativa à "prestação de contas de 2025", -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: -----

----- "A prestação de contas respeitando ao ano de 2025 constitui hoje um momento alto em que fazemos o juízo da atividade da Junta de Freguesia. A prestação de contas superiormente orientada pelos princípios do rigor e da boa-fé constitui um conjunto estruturado de documentos destinados a evidenciar a execução orçamental e financeira referente a um ciclo anual coincidente com o ano civil. -----

----- Lembro que o Orçamento para o ano de 2025 foi aprovado por unanimidade em reunião do Executivo da Junta de Freguesia em 10/12/2024 e aprovado por maioria em 19 de dezembro de 2024 nesta Assembleia. Agora vamos prestar contas, isto é: -----

----- 1. Será que o que aprovámos em sede de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 baseado em previsões estimativas tantas vezes envezadas por acontecimentos futuros e por isso desconhecidos e imprevisíveis foi cumprido? -----

----- 2. Será que apesar desta imprevisibilidade que domina o mundo em todas as suas vertentes políticas, económicas, financeiras, sociais, bélicas, assim conseguimos levar a porto seguro os destinos desta Junta? -----

----- Pois bem, gostava que tomassem nota de que é com enorme orgulho e regozijo, repito, com enorme orgulho e regozijo que vos digo que conseguimos, repito, conseguimos. De facto, executar as políticas assentes no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, apesar de todas as vicissitudes decorrentes de um ambiente negativo e prejudicial, repito, apesar de todas as vicissitudes decorrentes de um ambiente negativo e prejudicial que todos os fregueses por certo conhecem. Senão vejamos, em termos orçamentais foi cumprida a regra do equilíbrio substancial do Orçamento uma vez que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes. -----

----- A Junta registou em 2025 uma taxa global de cobrança de 88,9%, registando-se uma melhoria relativamente ao ano 2024, em que esta taxa de cobrança foi de 80,8%. A Junta registou em 2025 uma taxa global de execução da despesa de 83,1%, registando-se uma melhoria relativamente ao ano 2024, em que esta taxa de execução foi de 78,7%. -----

----- O investimento atingiu o valor de 1.307.443,80 euros. Repito, o investimento atingiu o valor de 1.307.443,80 euros. O saldo de gerência que transita para o ano de 2026 foi de 2.916.216,61 euros. No ano anterior o saldo de gerência transitado para 2025 tinha sido de 2.324.458,98 euros. O saldo corrente foi de 1.897.288,04 euros. O saldo total foi de 591.807,83 euros. Em termos financeiros e patrimoniais, o ativo cresceu em relação ao ano de 2024 em 1.398.919,43 euros. O património cresceu relativamente ao ano anterior em 1.177.024,04 euros. O passivo em termos percentuais decresceu em relação ao ano anterior, passando de 24,4% para 22,6%. O resultado

líquido foi positivo, cifrando-se em 95.413,99 euros. Os meios financeiros libertados foram de 420.022,31 euros. -----

----- Concluindo, as contas patenteiam uma autonomia financeira assinalável, 74,4%, possibilidade de endividamento potencial enorme e uma liquidez excecional. -----

----- Por fim, deixo os meus agradecimentos aos fornecedores, aos trabalhadores e demais entidades que contribuíram para tão bons os resultados. " -----

----- Continuando, disse que passava a palavra à Senhora Contabilista Certificada para tecer algumas considerações. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que tinham assistido ali a vários documentos do Executivo serem apresentados por outras pessoas e perguntava qual o enquadramento legal. Pensava que ficaria bem serem os autarcas a apresentarem as suas propostas e os técnicos esclarecerem se houvesse questões, se houvesse dúvidas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a nível de enquadramento legal tinha sido prática na Assembleia de Freguesia dar a palavra ao Senhor Presidente ou quem ele delegava, mas a Assembleia era soberana. Era o que tinha feito ao longo dos anos em que era Presidente de Mesa, mas se isso era um problema para a Assembleia de Freguesia passava para o plenário a decisão sobre esse tema. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que efectivamente, no mandato passado a prática era essa. Houve um momento ou outro em que o PS considerou que o técnico entrou um bocadinho para o debate político e achava que isso não devia acontecer, mas desde que o técnico fizesse a explicação meramente técnica e não entrasse no debate político, por conta do PS não havia qualquer problema ou confusão em que o técnico fizesse a apresentação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era esse o entendimento da Mesa, que se a intervenção da técnica fosse uma intervenção meramente técnica não via qualquer questão. -----

----- **Doutora Vera Severino** fez a seguinte intervenção: -----

----- "Eu estou aqui a pedido do Senhor Presidente para fazer um breve resumo sobre a análise financeira da empresa e para disponibilizar-me para o caso de existir alguma questão pelo facto do atual financeiro não estar contratado. -----

----- Queria pedir para colocar, por favor, a apresentação que eu enviei só para poderem visualizar em termos de gráficos um bocadinho os números que o Senhor Presidente já divulgou. No fundo, a apresentação que eu tinha aqui baseia-se nesses indicadores. -----

----- A Freguesia registou uma taxa global de cobrança na ordem de 89%, para os quais concorre 99,9% das receitas correntes. O IMI apresentou uma taxa de execução de 118%. Em termos evolutivos, a receita executada mantém uma tendência de crescimento e também têm um mapa sobre a execução orçamental da receita. -----

----- As despesas apresentam um grau de execução orçamental de 83%. Para esta grandeza concorrem despesas correntes com execução de 84%. Existe também, depois, um mapa para o efeito. -----

----- Depois, os outros números que o Senhor Presidente já divulgou relativamente à despesa paga e a que respeitam, nomeadamente despesas de capital, que representam uma execução de 89% e um destaque para a aquisição de bens de capital, a nível do investimento, que registou uma execução que ronda 1,3 milhões. -----

----- Relativamente à posição financeira, temos um ativo com aumento considerável em 2025, devido sobretudo ao aumento dos ativos... Tudo o que está aqui está no documento da prestação de contas, isto é apenas um resumo, o que eu estou a falar. " -

----- (diálogos cruzados) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia pediu para a Senhora Doutora enviar essa apresentação por e-mail para todos os eleitos no final da sua intervenção, converter em PDF e enviar para os senhores eleitos, se fosse possível. -----

----- **Doutora Vera Severino:** -----

----- *"Foi registada uma execução de 3,9 milhões na despesa com pessoal e de seguida um destaque para 1,3 milhões relativamente à execução de bens de capital. -----*

----- *Relativamente ao ativo, houve um aumento em 2025, sobretudo na rubrica de ativos tangíveis, resultante do investimento em obras em edifícios alheios, sendo que também houve um aumento na rubrica de disponibilidades. -----*

----- *O património líquido, no final de 2025 regista um tanto de 5,2 milhões, superior a 1,177 milhões face ao ano anterior. Para esta variação o que contribui essencialmente foi o património líquido, que resultou das transições de capital para financiamento dos ativos tangíveis. -----*

----- *Relativamente ao passivo, a maior rubrica, que representa 48%, é a rubrica de diferimentos e depois temos as outras contas a pagar com 26% do passivo. A rubrica de diferimentos inclui, sobretudo, os valores dos subsídios recebidos, nomeadamente o que respeita aos CDCs. -----*

----- *Depois, relativamente ao desempenho, a rubrica de rendimentos em 2025, teve um total de 7,895 milhões e de gastos 7,799 milhões, o que contribuiu para apurar um resultado líquido positivo em 95 mil euros. A rubrica de maior peso, que é a rubrica das experiências e de subsídios obtidos, representa 79% e os rendimentos globais aumentaram face ao ano anterior em 406 mil euros. -----*

----- *Há um gráfico que demonstra quer as rubricas do passivo, quer as do activo, as diferentes percentagens. -----*

----- *Estarei ao dispor para qualquer questão existente. " -----*

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que as rubricas com maior impacto na variação foram o aumento dos serviços especializados, vulgo recibos verdes. No entender da CDU essa situação continuava a ser prejudicial para os interesses da população. -----

----- Quanto ao relatório de atividades, parecia muito exaustivo e completo, permitia ter uma noção muito completa da atividade desenvolvida e tinha um mapa muito interessante em que identificava os projetos e a sua taxa de execução e as verbas alocadas. -----

----- Quanto à taxa de execução, 83% era aceitável, sobretudo considerando a integração do saldo do ano anterior. -----

----- Notar que o documento retratava de forma completa a atividade desenvolvida e as verbas recebidas e gastas. Contudo, uma Freguesia com o Orçamento que tinha, quase 10 milhões, esperava-se que além das atividades concretas tivesse também uma capacidade de articulação com outras entidades, Câmara Municipal de Lisboa, Governo, empresas municipais, possibilitassem a resolução de problemas que afetavam a qualidade de vida dos fregueses e que no presente relatório não eram evidenciados. -----

----- Dava por exemplo os problemas que tinham de trânsito, de estacionamento, da oferta do serviço prestado pela Carris, do impacto das obras e, como exemplo, a obra que estava a decorrer nesse momento na Avenida Santos Dumont, que os moradores alertavam para várias situações. Já houve encontro dos moradores com a Câmara Municipal, mas quem estivesse no terreno não verificava essas sugestões no dia. -----

----- Duas delas, passeios altos onde terminavam ciclovias, ciclovias pintadas com tinta que nesse momento já não tinha cor. Numa obra dessa dimensão não foi calculado ou não foi pensado a introdução de ecopontos naquela zona e naquela grande densidade populacional. Não foi refletido as orientações de trânsito, existiam várias questões que



sendo uma obra na Freguesia, se bem que a responsabilidade era de outra entidade, mas tinham que dizer alguma coisa porque a obra era feita na Freguesia. O elevador era da Freguesia, o dinheiro era da Câmara Municipal através de um contrato de delegação de competências, mas a obra estava na Freguesia. Tinham que dizer alguma coisa e isso não se refletia. -----

----- Problemas da habitação continuavam. Foi inaugurado no final do ano passado mais alguns blocos habitacionais ali na Freguesia, mas era pouco. -----

----- Os impactos do turismo, era uma Freguesia que sofria bastante com o turismo, tinham uma rubrica para esse valor, considerava que esse valor era muito pouco para a carga de turismo que tinham na Freguesia. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que sobre as contas tinha duas reflexões. A primeira era que de facto as transferências da Câmara tinham um peso gigantesco nas contas da Freguesia e sabiam que a Câmara não era uma boa pagadora. A Câmara muitas vezes atrasava meses a fio os pagamentos às Juntas e, portanto, compreendiam desde logo que esse exercício orçamental e o exercício da prestação de contas era muito difícil, porque a Câmara muitas vezes se atrasava com os pagamentos que contratualizava com a Freguesia. -----

----- Em segundo lugar, as contas eram o que eram, as contas não eram elas próprias a assunção de uma visão, de um compromisso político, era a apresentação das consequências dessa visão política que o PS não subscreveu em 2024, abteve-se no Orçamento para 2025 e nesse sentido, em coerência, o Partido Socialista iria abster-se. -

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que o CDS queria já posicionar-se favoravelmente àquilo que era a prestação de contas. Achavam que era uma gestão equilibrada, responsável por aquilo que eram os recursos da Freguesia. -----

----- Havia três dimensões. Em primeiro lugar o rigor financeiro que ia muito mais além daquilo que era o cumprimento das finanças públicas locais. Era no saldo corrente positivo, era no cumprimento também do equilíbrio orçamental, era também o facto do auditor externo ter certificado as contas sem reservas, também a capacidade de cobrança e autonomia financeira que eram visíveis. -----

----- Também, por exemplo, a aposta no investimento, que era manifesto pelo facto das despesas de capital em relação a 2024 representarem 15,5% da despesa total e também era manifesto no Plano Plurianual de Investimentos com uma execução de 76%. -----

----- Houve um claro sucesso no grau de execução em concreto dos serviços de proximidade, fosse na cultura com mais de 90%, fosse na saúde e bem-estar, em que se realizaram mais de 800 rastreios de saúde, fosse no Espaço Cidadão que realizou o dobro dos atendimentos de 2023 e tinha um grau de qualidade bastante positivo. -----

----- Havia alguns aspetos críticos que não esmoreciam a prestação de contas, mas que eram importantes. Na rubrica dos encargos com a saúde estava uma execução de zero euros. Com 126 trabalhadores efetivos era intrigante como passaram dos custos reais em 2024 para zero em 2025. No que tocava ao programa “SOS Repara” registavam com agrado o apoio a 70 pessoas, mas havia um custo total nesse programa de 200 euros e alguns centimos, resultando uma média de 2,87 euros por pessoa. Para quem solicitou esses apoios custava-lhe a crer, mas podia haver justificações de que três euros chegassem. -----

----- No que tocava à rubrica de “outros gastos”, eram 470,64 euros em 2024 e passou para 69.731 euros em 2025, um aumento de quase quinze mil por cento. Até podia estar justificado, mas achava que era bom, até para futuras edições dessa prestação de contas, haver uma nora explicativa em relação a esses saldos tão grandes. -----

----- No que tocava à rubrica de suplementos e prémios havia também um salto de 38 mil para 126 mil euros, representando um aumento de mais de 220% e num cenário em

que o pessoal só cresceu 9% havia também a necessidade de uma explicação. Não estava a dizer que era injustificado, mas devia haver uma nota explicativa. -----

----- Em conclusão, o relatório provava que a Freguesia estava viva, investia, apoiava aquilo que eram os seus, tinha um impacto real na vida dos fregueses e a bancada do CDS iria votar favoravelmente. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que subscrevia na íntegra a intervenção do Membro Francisco de Azevedo. -----

----- Tanto o André Carrilho como o João Santos fizeram uma análise, um mais do que outro, um bocadinho de carácter político. Era bom ter presente que não estavam ali a concordar com o que a Junta fez ou deixou de fazer, era se as contas apresentadas estavam corretas e refletiam a posição financeira da Junta. Aí estava de acordo com o Pedro Duarte, estavam ali para fiscalizar a Junta e nesse caso as contas da Junta. -----

----- No momento em que tinham um parecer do revisor oficial de contas que aprovava as contas sem reservas, tinha uma pequena indicação que tinha mais a ver com o programa informático utilizado pela Junta e que não permitia a extração de determinados mapas, mas na prática não havia reservas nas contas e o PSD iria votar favoravelmente. -----

----- Uma explicação um bocadinho mais terra a terra daquele calhamaço de papel, era importante ter ido com os documentos iniciais que permitia uma leitura mais fácil do documento. Não sabia se não poderia estar ali o relatório do ROC para perceber a sua prestação, pormenores que não eram obrigatórios, mas do seu ponto de vista melhoravam a transparência e comunicação do documento. -----

----- Importante era que o ROC certificava as contas sem reservas e custava ver uma abstenção porque não concordavam com o que a Junta fez ou até um voto negativo quando estavam a li a aprovar a legalidade das contas. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que estavam ali para ver as contas, mas essas contas por trás tinham um pendor político, eram opções políticas e estava tudo ligado. Por isso estavam a levantar questões. Pelo relatório do ROC estava dentro das normas, mas tinha um pendor político e concordando com algumas opções, discordando com a maior parte delas, se não viam focar as preocupações o plano de atividades nem precisava ir ali para ser debatido. -----

----- Não estava recordado se foi no final do anterior mandato ou há dois anos, foi proposto se essas apresentações podiam ser disponibilizadas antes da Assembleia para uma leitura mais fácil. Eram muitas folhas, mas tinham que ler, deviam essa responsabilidade aos fregueses, mas apelava mais uma vez que quando havia apresentações fossem disponibilizadas às forças políticas antes da Assembleia, não custava nada enviar um e-mail para terem uma leitura mais cuidada. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que, do mesmo modo que fizeram com o Orçamento, também se abstinha na prestação de contas. Tinha apenas uma nota, eram mais de 300 páginas mais cento e tal páginas da informação escrita, eram 500 páginas para analisar. Sabia que o Regimento previa um prazo mínimo, mas gostaria de estabelecer um prazo de pelo menos quinze dias para analisar os documentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta da Junta de Freguesia relativa à “prestação de contas de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e Chega) e 6 abstenções (PS, CDU, Livre e BE) -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“De acordo com o parecer do auditor as contas estão de acordo com as normas.”*

----- **Ponto 3 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 9. da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Junta de Freguesia relativa ao “Mapa de Pessoal para 2026”.** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: -----

----- *“Apresento hoje à Assembleia de Freguesia o Mapa de Pessoal para 2026, no cumprimento com as Lei 75/2013, de 12 de setembro. Mais vos informo que o mesmo não sofreu qualquer alteração desde a vossa última deliberação, pelo que se submete à vossa apreciação e votação.”* -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que começava por dizer aquilo que o PSD dizia sempre, cada vez que ia a essa Assembleia o Mapa Pessoal. O Mapa de Pessoal estava praticamente com a mesma dimensão que tinha no final do mandato 2017-2021 e por isso tinham razão quanto à dimensão certa. -----

----- Foi dito pelo Presidente da Câmara, na última campanha autárquica, que a distribuição de competências com as Freguesias no que tocava à recolha de lixo ia ser alterada e ia haver uma disrupção. Mais tarde ficava-se a saber que seria uma transição.

----- Nesse momento a ideia que tinha era que as Freguesias não sabiam muito bem o que ia acontecer à distribuição de recolha de lixo na cidade e esse tema tinha especial importância no que tocava ao Mapa de Pessoal, porque as Freguesias contratavam e bem pessoas para a recolha de lixo e se a competência fosse reduzida não sabia o que ia acontecer a essas pessoas. Por isso, perguntava se tinha havido conversas com a Câmara, designadamente com a Senhora Vereadora Joana Baptista, no que tocava à distribuição das competências com a recolha de lixo. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que andavam um bocadinho nos últimos dois mandatos a subir e a descer. Estabilizaram agora nos 156, achava que a próxima mudança ia ser para 161, que era para não ficarem nos 159 do anterior. O que queriam mesmo era que os lugares fossem ocupados. Tinham lá 156, mas tinham muitos para ocupar. -----

----- Também gostaria de deixar um alerta, que existiam muitas avenças na Junta de Freguesia. Tinham conhecimento que se devia transformar em contratos e depois entrar no quadro. Isso estava a demorar muito tempo e também sabiam de casos de pessoas que infelizmente tinham avenças e deviam ter contratos, mas não sabiam se iriam ter a continuação das avenças, se iam transformar em contrato. Se o Senhor Presidente pudesse deixar essa nota, se essas avenças iam transformar em contratos e colocar esses trabalhadores no quadro, porque trabalhadores com contratos tinham a sua vida estabilizada e tendo a sua vida estabilizada trabalhavam melhor e os fregueses agradeciam isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha sido uma grande preocupação, a par de assumir a Freguesia desde 2013, fazer permanentemente concursos para que os trabalhadores pudessem ter a possibilidade de garantir o seu futuro. -----

----- Podia dizer que em termos de higiene urbana faziam vários concursos e brevemente teriam que admitir 19 indivíduos para a higiene urbana. Havia um problema, porque eles entravam e passados dois ou três meses iam embora, mas faziam vários concursos para acabar com os recibos verdes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta da Junta de Freguesia relativa ao “Mapa de Pessoal para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL e Chega) e 4 abstenções (CDU, Livre e BE) -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Continuamos a verificar uma aposta excessiva nas avenças em vez de contratos, o que levava a uma maior estabilidade laboral e pessoal.”* -----

ref
h
24.

----- **Ponto 4 - Funcionamento da Assembleia de Freguesia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que esse ponto foi pedido para, no fundo, poderem perceber algumas regras do funcionamento da Assembleia e fazer uma análise daquilo que estava por trás e algumas melhorias na condução dos trabalhos, fossem na preparação da Assembleia em si. -----

----- Era também função do Presidente de Mesa dar informação à Assembleia de algumas dificuldades que tinha sentido, fruto de auscultação de pessoas que estavam a fazer o apoio à Assembleia. Tinha sido um processo de bastante dedicação com todas as funcionárias da Junta de Freguesia para poderem fazer melhor o que sabiam e podiam e queria desde já agradecer à Rosa Gonçalo toda a disponibilidade que tinha demonstrado e toda a vontade em aprender. Qualquer dúvida que entrava em contacto consigo estava sempre disponível para a atender em qualquer hora. -----

----- Tinham falado ali sobre a questão do envio da documentação mais tarde e de facto isso aconteceu, mas a Rosa tinha feito os possíveis e impossíveis para que não faltasse nada. Houve pelo meio uma saída da Rute, uma pessoa muito traquejada no apoio à Assembleia de Freguesia, entretanto chegou uma outra pessoa que também já saíu e nesse momento a Rosa estava a apanhar todo o funcionamento da Assembleia. Tinha estado em contato permanente com a Rosa e isso era importante para ela no apoio à Assembleia como para si, que também tinha aprendido algumas coisas. -----

----- Sobretudo tinha colocado esse ponto para ouvir os Membros e tentar perceber de que forma a Mesa da Assembleia podia agilizar e melhorar a sua comunicação com os eleitos. O ponto foi pedido por si enquanto Presidente para ouvir a opinião de todos, que era importante para que se pudesse desempenhar um bom trabalho e estava aberto a todas as sugestões que quisessem fazer. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que as Juntas de Freguesia antes da reforma administrativa tinham orçamentos muito mais baixos, não tinham a dimensão atual, não tinham os funcionários que existiam atualmente, não havia os documentos para analisar que tinham atualmente. Tudo isso aumentou e funcionavam praticamente da mesma maneira. -----

----- Podiam refletir sobre os horários da Assembleia de Freguesia e pensar se deveriam ou não começar as Assembleias mais cedo. Havia Freguesias que tinham soluções para isso e se calhar tinha um pequeno custo, mas era mais um dos custos da democracia. Havia Freguesias que tinham um pequeno lanche para durante os trabalhos poder comer qualquer coisa, mas começar mais cedo e permitir terminar mais cedo também. Havia quem se levantasse no outro dia às seis da manhã, além dos trabalhadores que estavam ali e que no outro dia às nove horas estavam ali outra vez. Independentemente de ganharem horas extraordinárias, era cansativo. -----

----- Essa era uma das questões que achava que deviam refletir e verificar a possibilidade de começar as Assembleias de Freguesia mais cedo. -----

----- Outra questão que tinha debatido também há bastante tempo eram as atas em minuta. Tinha apresentado ao Senhor Presidente da Mesa uma sugestão da ata em minuta não ser feita no final da sessão e sim ponto por ponto quando as coisas eram votadas, com base numa minuta preparada previamente para a Assembleia pelos serviços e em que o Presidente da Mesa apenas colocava o resultado da votação e a minuta era aprovada naquele momento. Isso permitia não estar na ata em minuta coisas que não faziam sentido e que não eram necessárias na ata em minuta. -----

----- Sobre as convocatórias, nada contra a convocatória por correio registado, mas bastava que fosse por e-mail, no dia em que era assinada seguia por e-mail. Sabia que estava na Lei, mas não fazia sentido atualmente enviar as coisas por correio registado e



desde que houvesse uma deliberação dos autarcas a manifestar para receber as convocatórias por e-mail era uma prática à qual deviam regressar. -----

----- Tiveram nas últimas Assembleias problemas com o som, barulhos na sala de reunião, cortes no som, mas mais grave era que isso se refletia nas gravações. Tivera recentemente ouvido gravações de algumas sessões e pelo menos numa delas não tinha conseguido perceber a sua intervenção. Não só a gravação tinha o som muito baixo e antes disso não acontecia, como às vezes era tão baixo que não se conseguia ouvir o que diziam. Isso tinha que ser acorrigido, antes não acontecia e estava a acontecer, as pessoas eram as mesmas, haveria algum problema na aparelhagem, não sabia o que estava a acontecer, mas era um assunto que tinha que ser visto urgentemente.-----

----- Algo que também já falaram e voltava a utilizar a expressão “grupo de trabalho”, era a questão das transmissões online. Toda a gente perguntava a razão de todas as instituições terem as gravações disponíveis e ali não. O que teria acontecido com a pergunta que fizeram à comissão de proteção de dados para permitir que na Assembleia Municipal e outras Assembleias de Freguesia estivesse disponível e só ali não conseguiam ter as coisas disponíveis? Havia qualquer coisa que os ultrapassava e já tinha falado disso com o Membro Fernando Pereira, que também não percebia o que se passava. Era algo que também deviam refletir.-----

----- Por fim, pedia desculpa por voltar ao tema da intervenção de pessoas externas à Assembleia, a pergunta foi respondida, tinha mais questões a colocar, até a própria intervenção do Membro André Carrilho foi esclarecedora, mas as intervenções dos técnicos a pedido do Senhor Presidente não só não tinham esclarecido nada de novo, como levou até problemas. Portanto, deviam pensar nisso, a sua pergunta tinha a ver com essas situações e mantinha. Não era habitual acontecer e tinha vindo a aumentar. --

----- Intervenções para esclarecimentos pontuais, questões de pormenor que os Membros do Executivo não estavam naturalmente a par, o caso concreto de uma alínea das contas ou do Orçamento, percebia perfeitamente que não estivessem capazes de explicar ao pormenor, ou a questão de uma árvore na rua tal ter um problema. Era natural que se chamasse um técnico, mas achava que para o bem da Freguesia e para o bom nome devia ser feito pelos Membros do Executivo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que relativamente ao início das Assembleias não via problema algum que elas pudessem ser convocadas para uma hora mais cedo, mas teriam que perceber qual era a disponibilidade para estarem presentes por exemplo às cinco da tarde ou às seis. Por si não tinha qualquer questão em relação a ser às seis ou às três, mas a Assembleia era soberana relativamente a isso. Se a Assembleia de Freguesia determinasse começar por exemplo às seis e meia, só tinham que cumprir, fazia aquilo que mandassem.-----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que se uma pessoa trabalhava dos oito às cinco ou às seis, como faria para estar ali às seis ou seis e meia, como faria? Para ir ali já tivera tempo de jantar e ter minimamente tempo para estar ali, mais cedo se calhar não tinha.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que tentara já na sua intervenção responder à questão e tinha dado o exemplo de outras Freguesias, estar disponível para os Membros da Assembleia não um jantar, mas “comida” com alguma abundância para obviar a essa situação, mas lembrava também que a Lei era muito clara e aí pedia aos juristas que pudessem ajudar, a Lei era muito clara na proteção aos eleitos.-----

----- Tinham na sala pelo menos um eleito com a Assembleia Municipal às seis da tarde e havia uma Lei que protegia, a entidade patronal tinha que dar dispensa para os trabalhos. A Lei protegia-os muito claramente nesse sentido.-----

----- A Assembleia Municipal era realizada entre as três e as sete e não se pedia tanto, mas era uma sugestão de poder começar mais cedo.-----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que falava por si, mas pensava que a bancada do PS estaria mais ou menos em linha. Antecipar para horas de expediente era muito difícil. As sete e meia seriam o limite para conseguirem garantir, antecipar uma hora já era alguma coisa. Seria o mínimo razoável.-----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que de facto todos tinham que jantar, tinham que chegar ao local da reunião. Eram reuniões longas porque havia muitos temas a debater, mas enfatizava a questão da gravação das reuniões. Das Assembleias de Freguesia de Lisboa que pudera testemunhar, eram de facto um outline. -----

----- Se a memória não atraía, no projeto de revisão da eleita da IL havia uma disposição quanto a essas gravações e era um instrumento fundamental também a responsabilização por aquilo que ali se passava. -----

----- Causava algum desconforto que alguns dos eleitos ali presentes, não todos, estivessem a ser inundados com e-mails anónimos. Era um tema que acabava por ferir um bocado o funcionamento da Assembleia. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que sabiam que certas Assembleias iam demorar mais, tinham mais pontos na ordem do dia, essas de análise das contas, as informações escritas do Presidente. Nessas poderia haver uma tentativa de antecipar meia hora. Também já tinha estado em Assembleias muito longas que tiveram que passar por causa dos locais fecharem. Talvez aquelas em que sabiam demorar mais começassem mais cedo, essas às sete e meia e as outras manter à oito, que era um horário perfeitamente normal. Era a sua opinião. -----

----- Relativamente ao ponto das transmissões, até tinha mandado uma mensagem a pedir para disponibilizar o link para as transmissões. Havia um monte de pessoas a perguntar onde estava o link. As transmissões às vezes tinham bastantes interrupções e desapareciam ao fim da sessão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o regulamento das transmissões online não permitia que as gravações ficassem armazenadas na internet. Dizia que era uma transmissão streaming e não havia lugar ao armazenamento. Isso segundo uma recomendação que lhes foi passada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Quem esteve nessa comissão do regulamento das transmissões online sabia que houve um parecer emitido pela CNPD que aconselhou a retirar essa parte do armazenamento das transmissões. Não era por recreação que elas não estavam disponíveis, era mesmo para cumprir a determinação. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que o regulamento foi um passo grande que deram, foi uma das suas primeiras recomendações em 2021, conseguiram fazer em 2025. A função dessa transmissão online era os fregueses poderem seguir sem ter que se deslocar, mas também tinha o feedback de algumas pessoas que não conseguindo ver no dia queriam acompanhar a transmissão. Em muitas Freguesias, Assembleias Municipais, Câmaras, elas ficavam registadas no sistema e perguntava se 90% do país estava ilegal. -----

----- Achava que havia um zelo especial nesse caso. Houve a ânsia de dar um passo e conseguiram, agora tinham que rever isso porque era absolutamente ridículo. As pessoas chegavam a perguntar se queriam esconder alguma coisa, se não queriam que vissem. Chegava uma altura de rever um bocadinho aquelas circunstâncias e alíneas todas, porque achava que 95% de Portugal não estava ilegal. Não sabia quem fez aquele parecer, havia muitos pareceres de encomenda. -----

----- No seu caso a CNPD deu-lhe razão quando a Comissão Nacional de Eleições não queria dar, o caso subiu a Conselho Superior de Magistratura e ganhara, mas não

impedia equacionarem que 95% do país não estava ilegal. Aliás, a primeira Assembleia transmitida no Palácio Galveias em 2025 ainda lá estava. -----

----- Devia haver mais critério nisso, o regulamento devia ser revisto e enquanto se alterava qualquer coisa que fosse disponibilizado pelos serviços da Junta de Freguesia a quem queria ver a gravação. Pelo menos que houvesse uma forma no site da Junta de baixar a Assembleia e que as pessoas pudessem ver. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era um debate bastante profícuo e produtivo. -----

----- Colocava à consideração da Assembleia em primeiro lugar a decisão de mudar a hora da convocatória das Assembleias das vinte para as dezanove e trinta. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que então as Assembleias de dezembro e abril, teoricamente as Assembleias onde tinham mais pontos na ordem do dia, serem convocadas para as sete e meia. Nas Assembleias de junho e de setembro mantinham as oito horas. -----

----- Em relação ao envio da ordem do dia e da documentação via e-mail, perguntava se todos estavam confortáveis com isso, sendo que se quisessem em papel podiam pedir aos serviços. -----

----- Disse que passava da meia-noite e perguntou se podiam prolongar a Assembleia por mais trinta minutos. Acreditava que com mais meia hora teriam a Assembleia resolvida. -----

----- Submeteu à votação a **continuação da reunião por mais quarenta minutos**, tendo a Assembleia **aprovado**. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que já foi ali sugerido, e estava de acordo, a realização de uma Assembleia extraordinária por causa da questão da passagem superior. Essas extraordinárias também podiam ponderar caso a caso o horário de início, mas de forma que o público participasse. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tendo em conta essa temática dos elevadores poderia até ser mais produtivo fazer uma Assembleia de Freguesia ao sábado de tarde, em que as pessoas estavam por ali e tinham mais disponibilidade. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** referiu que noutra Freguesia em que também foi Membro da Assembleia de Freguesia durante um mandato, muitas Assembleias foram ao sábado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, recapitulando, tinham a convocatória das Assembleias mais demoradas – Abril e Dezembro - para as sete e meia, tinham o envio da documentação via e-mail e outra questão que queria colocar era sobre a transmissão online das Assembleias de Freguesia. -----

----- Para alterar o regulamento podiam fazer de duas formas, ou era apresentada uma proposta de alteração do regulamento em sede de Assembleia de Freguesia ou constituía-se uma comissão para revisão do regulamento das transmissões online. Eram duas coisas distintas. Nesse caso concreto estavam a falar do regulamento de transmissões online. -----

----- Se havia a necessidade de avaliar a hipótese de haver uma gravação que perdurasse no tempo, assim sendo questionava a Assembleia o que achava melhor, discutir uma proposta ou constituir um grupo de trabalho para avaliar até de direito qual era a melhor forma. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que se calhar seria melhor marcarem uma reunião de conferência de líderes e nessa reunião decidir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que então iria agendar uma reunião com todos os líderes de bancada para dentro de alguns dias e decidirem. -----

----- **Ponto 5 - Regime de substituições e faltas;** -----

27/17
2.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha pedido esse ponto precisamente porque os mandatos eram as pessoas e não os partidos e sabendo que os mandatos eram pessoais havia uma situação que se passava com o Partido Chega e que tinha que comunicar à Assembleia de Freguesia. Já estiveram dois eleitos na Assembleia de Freguesia e estavam a colocar o mesmo endereço de e-mail para os dois eleitos. -----

----- Do seu ponto de vista, não tendo base legal para já, mas não achava que fosse transparente porque no passado tiveram situações em que receberam do mesmo endereço de e-mail e com a mesma assinatura. Só mudava o nome da pessoa em baixo, mas a estrutura era exatamente a mesma para três substituições. Como Presidente da Mesa não se sentia confortável em aceitar um pedido de substituição que ia do mesmo endereço de e-mail da pessoa A, B ou C. Cada um tinha o seu e-mail e quando não podia ir informava do seu e-mail. -----

----- Levava esse tema à Assembleia porque queria ouvir a Assembleia sobre isso. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que faziam ali grandes moções ao 25 de Abril, à liberdade e à democracia, mas a democracia não era impor aquilo que devia fazer ou não. Tinha o direito de escolher qual era o seu e-mail. O número dois da sua lista tinha direito a escolher qual era o seu e-mail e assim sucessivamente. Eram quem estava no direito de escolher os e-mails. -----

----- As desconfianças, as paranóias, essas coisas tratavam-se no médico... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** aconselhou o Membro Pedro Duarte a ter tento na língua ou cortava-lhe a palavra. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que podia cortar a palavra, mas isso era um assunto que já ia da outra e tinha explicado uma coisa. Quando preenchiam a ficha determinavam qual era o e-mail que queriam, não eram obrigados a pôr nenhum e-mail e sentia-se na liberdade de o fazer e nem sequer isso tinha que dar, que era completamente diferente. Era quem mandava na sua casa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se havia uma coisa de que se orgulhava era de ter educação e se o Senhor Eleito queria levar o debate para a sarjeta não era nessa Assembleia de Freguesia. -----

----- Podia dizer que no mandato anterior os pedidos de substituição foram rejeitados por essa Assembleia, inclusivamente com dúvidas levantadas pelo Luis Goes Pinheiro. -

----- Gostava de saber a opinião da Assembleia relativamente a isso, porque estavam a lidar com dados pessoais e com vontades pessoais. Sentia-se desconfortável em aceitar um pedido de substituição que ia sempre do mesmo endereço de e-mail e não sabia se foi ele que escreveu aquilo. A sua dúvida era fundamentada e queria pedir a ajuda. Podiam fazer uma reunião de conferência de líderes para chegarem a uma forma de estabelecer um regime de substituições e faltas que fosse verdadeiramente transparente para todos e que não ficassem dúvidas de onde estavam a chegar as substituições. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que quando eram eleitos era-lhes dado uma ficha para preencher e voluntariamente a pessoa que assinava a ficha punha o que queria do seu endereço de e-mail, não era obrigado a nada. Essa ficha refletia a vontade do eleito. -----

----- **Ponto 6 - Informação Escrita do Presidente – 1.º Trimestre de 2026;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: -----

----- *"A informação escrita que hoje apresento abrange o período entre 16 de novembro de 2025 e 31 de março de 2026. São pouco mais de quatro meses de mandato, tempo insuficiente para balanços definitivos, mas plenamente suficiente para avaliar prioridades, ritmos de execução e sentido político da Assembleia. A maioria reforçada que resultou das eleições de outubro não é, para nós, um conforto. É uma*



responsabilidade acrescida. O mandato claro para fazer melhor e corrigir o que falhou e não adiar decisões necessárias. -----

----- As condições atuais são de todos conhecidas. Há que seguir o nosso caminho com mais exigência, mais transparência e melhor prestação de contas. -----

----- Os indicadores financeiros iniciais são positivos. A receita cobrada cresceu 8% face ao período homólogo, a liquidez média diária atingiu 2,9 milhões de euros, mais de 19% e o índice de autonomia financeira subiu para 23%. -----

----- Estes números não são o fim em si mesmos, são instrumentos que nos permitem garantir estabilidade, cumprir compromissos e investir com responsabilidade. Mas gerir uma Freguesia não é apenas apresentar contas certas, é responder a necessidades. -----

----- Na área do desporto atingimos em março maior receita mensal desde 2016 e projetámos o ano acima dos 700 mil euros. Mais do que números, isto traduz adesão, confiança e qualidade dos serviços prestados. -----

----- A receção da Seleção Nacional de sub-21 da Escócia confirma o reconhecimento externo das nossas infraestruturas. -----

----- Na área social enfrentámos um aumento de 400% nos pedidos ao Fundo de Emergência Social. Este dado exige mais do que uma resposta administrativa, exige compromisso humano e político. -----

----- Reforçámos os apoios, distribuámos 230 cabazes de Páscoa e mantivemos o projeto de camarim das aprendizagens e emoções mesmo após o fim do financiamento externo, porque abandonar esforços eficazes seria uma escolha errada. -----

----- Na saúde avançámos com a reestruturação do gabinete médico para garantir continuidade e dignidade no acesso mantendo o acompanhamento da enfermagem com presença regular e essencial. -----

----- Na cultura promovemos acesso, participação e memória. Iniciámos o ano com o Concerto de Reis, retomámos visitas culturais, assinalámos o Dia Nacional da Mulher, levámos o teatro à comunidade e catalogámos 475 obras do arquivo histórico porque preservar o passado é também um dever público. -----

----- Na comunicação reforçámos a proximidade com os cidadãos, mais de 680 mil visualizações nas redes sociais e uma aposta em novos canais. Comunicar melhor não é promover, é prestar contas de forma clara e acessível. -----

----- No plano operacional respondemos a cerca de 500 ocorrências no espaço público. Tratámos 280 processos de licenciamento e assegurámos o funcionamento diário da Freguesia com rigor e continuidade. Este trabalho invisível é muitas vezes o mais determinante para a qualidade de vida das pessoas. -----

----- E quando os elevadores do Bairro de Santos falharam não ficámos à espera e garantimos transporte alternativo imediato com uma viatura com motorista. Pode parecer uma medida pequena, mas é nestas decisões concretas a seriedade do compromisso com a proximidade e com a dignidade das pessoas. -----

----- Está em curso uma transformação mais profunda organizacional, administrativa e na forma como prestamos o serviço público. O que aqui apresentamos não é um ponto de chegada, é o início de um caminho que exige consistência, avaliação permanente e responsabilidade política. É esse o compromisso que assumimos sob minha orientação, gerir com rigor, proximidade e sentimento.” -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** começou por agradecer a disponibilidade dos corpos sociais dos “Económicos” de os terem recebido na sua casa. -----

----- Relativamente à informação do Presidente, no quadro do eixo 1 referiam diversos locais, mas apesar do texto ter 124 páginas não se conseguia descobrir o que era esses diversos locais. Deviam explicar ou exemplificar, agradeciam. Também nessas 124

páginas havia vários textos que se repetiam e pareciam copy past. Se calhar mais atenção na próxima informação. -----

----- Já tinha ouvido falar na questão do elevador, mas queria reforçar mais uma vez, saber quando teriam solução. -----

----- Era referido o problema para a abertura do novo quiosque, o primeiro era por causa da eletricidade. Se a EDP fosse pública já estava resolvido, mas continuavam com esses problemas. -----

----- No eixo 2 perguntava porque foi anulado o concurso do sistema de rega no Arco do Cego. -----

----- No eixo 5 foi anulado o concurso do campo de padel. O Senhor Presidente tinha dito que ia fazer outra obra, mas estava lá a verba alocada. -----

----- Também no eixo 5 era referida a obra do acesso à piscina e a sua requalificação, mas aquilo que os utentes diziam e quem via era que a parte de fora ficou bonita e o que relamente importava era a parte de dentro. Os balneários tinham que ser requalificados, tinham que ser melhoradas as condições para os utilizadores. Os balneários tinham três chuveiros e se estivesse lá uma turma de primeiro ciclo, em vez de demorar dez minutos para despachar demoravam meia hora ou 45 minutos e ia desmotivar. Apesar de se dizer que houve maior crescimento, também tinham que se criar melhorias para a utilização dos serviços. -----

----- Quando se negociavam os CDCs tinham que exigir verbas concretas, ou eram os fregueses que perdiam com essa má negociação e verba que não chegava. Com boa gestão podiam renovar a rede de iluminação pública que era deficitária em várias artérias da Freguesia, podiam requalificar os passeios e permitir melhor mobilidade e ficavam com uma Freguesia muito mais bonita e atrativa. -----

----- Consideravam que a visão não era a que achavam melhor para a Freguesia no futuro, apesar desse lema ser apresentado ao longo do documento, uma Freguesia de futuro. O lema não estava colado com a realidade. -----

----- A maioria que existia no Executivo não se refletia nas votações e nas decisões que eram apresentadas ao longo do documento. Essa situação em nada era benéfica para os fregueses, que haveriam de retirar as suas ilações no futuro. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que essa informação escrita era mais factual e achava que conseguiram com rigor reduzi-la bastante. Tinham uma informação escrita mais sucinta sem esconder nada e sem retirar nada. Se calhar podia ser baseada mais em quadros, em números, de mais fácil leitura. Quanto ao resto, pelo que apercebia, estava de forma muito correta a atividade geral e não tinha nada a salientar. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que queria desde logo assinalar a concentração de pelouros no Presidente da Junta de Freguesia, com vários Vogais sem pelouro. Convidava-o a eventualmente visitar esse estado de coisas. -----

----- Tinha algumas dúvidas quanto a alguns valores, nomeadamente o sistema de aquecimento da piscina que passou de 158 mil euros para 14 mil euros. Também na requalificação do espaço interior passou de 328 mil euros para 24 mil euros. Eram questões que faria chegar por escrito. -----

----- A questão que suscitava mais esclarecimento era a anulação da intervenção no espaço desportivo do Bairro Santos ao Rêgo. Tinha anteriormente uma verba de 600 mil euros prevista, foi anulada e gostaria de perceber porquê. -----

----- Notava que o gasto com reparação de veículos continuava a parecer demasiado elevado, registando perto de 2 mil euros em apenas dois meses. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada na Mesa o relatório e o parecer do auditor externo, bem como a análise financeira, o que seria distribuído pelos Membros via e-mail. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de abril. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º SECRETÁRIO ----- 2º SECRETÁRIO -----
----- O PRESIDENTE -----

